



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO**

CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA CAVALCANTE

Planejando o Desenvolvimento Territorial:

Uma análise das políticas públicas desenvolvidas para o espaço rural do município de
Rio Branco - Acre

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO

CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA CAVALCANTE

Planejando o Desenvolvimento Territorial:

Uma análise das políticas públicas desenvolvidas para o espaço rural do município de
Rio Branco - Acre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Acre, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Silvio Simione da Silva

Rio Branco - Acre
2009



TERMO DE APROVAÇÃO

CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA CAVALCANTE

Planejando o Desenvolvimento Territorial:

Uma análise das políticas públicas desenvolvidas para o espaço rural do município de
Rio Branco - Acre

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH / Geografia; MDR/ UFAC
Orientador

Profª. Drª. Maria de Jesus Morais
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH / Geografia, UFAC

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH / Ciências Sociais; MDR/ UFAC

Rio Branco, 14 de julho de 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO

DEDICATÓRIA

Dedico a meus pais *Francisco Anselmo de Souza Cavalcante* (in memória) e *Maria do Socorro Carlos da Silva* com todo o carinho e respeito que eles merecem e as minhas irmãs *Ana Cláudia e Ana Caroline*.



AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar devo agradecer a Deus, por me conceder inúmeras oportunidades durante a minha vida acadêmica e que por força e grande determinação acho que soube como aproveitá-las. Realizar este trabalho só foi possível pela ajuda e colaboração de muitas pessoas:

Inicialmente preciso agradecer ao Professor Doutor Silvio Simione da Silva, pela sua amizade e orientação. Obrigado pela confiança, pelo respeito, a capacidade de relevar as discordâncias e as diferenças de ponto de vista, a generosidade em ensinar e a exemplar orientação e disponibilidade em todos os momentos que precisei.

Aos poucos mais importantes amigos da turma de mestrado, em especial a Gardênia, Alcilene (Kaxarari), Francisca, Ana Cláudia e Gerliano. Pessoas especiais que moram no meu coração e tenho certeza que serão meus amigos por muitos e muitos anos. Sem vocês a jornada louca e estressante do mestrado seria mais árdua.

Devo lembrar dos meus eternos e importantes amigos: Elverenice, Junior e Gilmara pelo apoio e palavras de incentivo em todo esse processo. AMO vocês.

A Cristiane e Thiago pela amizade, paciência e respeito durante todos os momentos que compartilhamos de maneira intensa: nossas vivências, indignações e momentos de descontração e trabalho. São dois irmãos que ganhei e os admiro e os adoro do fundo do coração.

Devo agradecimentos também a meus amigos do coração da UFAC: Lucilene pessoa que admiro e respeito pela sua inteligência e generosidade, Floripes amiga incentivadora, Átila amigo, irmão companheiro de graduação e trabalhos impossíveis que tornávamos possíveis, Rozenildo que colaborou com a tabulação dos dados e a todos os amigos e bolsistas de trabalho e de luta do grupo de estudos GEDAPE.

Preciso falar também do CRM, Renata e Manoel, amigos que sempre estarão no meu coração e que tive a oportunidade de conhecer, conviver e eternizar na minha vida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO

Aos professores amigos do Departamento de Geografia da UFAC: Professora Socorro Maia pela amizade, apoio e o carinho que sempre dispensou a minha pessoa, meu maior exemplo de caráter, pesquisadora, professora e principalmente de dignidade. Maria de Jesus, amiga e companheira de momentos especiais e de distração. José e Karina Furini, amigos de todas as horas e essenciais na minha vida.

Ao Marcos Araújo pela compreensão e liberação do trabalho para o cumprimento dos créditos teóricos e viagens, devo parte dessa conquista a você amigo, a Socorro Chaves, Marcelo, Amanda, Damião, Jerry, Janice, Cleverson, Cynara, Charles, Sanny Débora e Verônica pela amizade e apoio em todo este período. É importante citar também Geovanni Cavalcante, pessoa especial e um grande companheiro de vida.

Preciso citar também os amigos do IBGE, do setor de da Base Territorial, pela força e ajuda nessa etapa final, em especial ao Sebastião, Léo e Xanara.



RESUMO

Os efeitos e práticas das políticas de planejamento denotam intencionalidades aos espaços e, por sua vez, ordenam as atividades e relações desenvolvidas nos territórios. O município de Rio Branco, capital do Estado do Acre, sempre foi um espaço de atração e foco de ocupação por causa principalmente de sua localização geográfica. Entretanto, as suas dinâmicas espaciais que originaram o seu processo de ocupação e urbanização é algo relativamente recente. Por esta razão, este estudo se preocupou em refletir e analisar a importância das políticas de planejamento de esfera municipal no processo de organização e ordenamento territorial do espaço rural deste município. Dessa forma, buscou-se caracterizar a evolução, os interesses e as dinâmicas políticas, sociais e econômicas existentes no processo de formulação e de desenvolvimento de duas políticas criadas para o seu espaço rural, criadas em épocas e cenários políticos distintos, mas, que, no entanto, tiveram uma visível interface com o processo de produção do espaço urbano. Tendo em vista tais análises, conclui-se que há a necessidade de desenvolver políticas para o espaço rural associando novas dinâmicas e envolvendo novas instâncias e agentes em todo o processo de produção e reprodução desse espaço e a política de assentamento rural familiar dos Pólos Agrofloretais assumiu em certos momentos resultados de uma política compensatória e em outros instantes, dinâmicas, aspectos e resultados de uma política de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: planejamento, desenvolvimento, políticas públicas, espaço rural.



ABSTRACT

The effects and practices of planning policies denote intentions to the spaces. These intentions organize the activities and relations developed in the territories. Rio Branco, the capital of Acre state, was always a space of attraction and focus of occupation mainly because of its geographic position. The spatial dynamics which originated the process of occupation and urbanization of Rio Branco are relatively recent. This study reflects about the importance of municipal level planning policies to the rural space organization in Rio Branco. It characterizes the evolution, interests and the political, social and economical dynamics present in the formulation and development of two policies designed to the rural space, both created in different periods and political sceneries. However, they had a visible interface in the production process of the urban space. The present study allows us to state that there is a necessity of developing policies to the rural space associating new dynamics and involving new hierarchies and agents through all the process of production and reproduction of this space. It also permits us to say that the rural settlement of families that occurred in the agroforestral poles had, sometimes, features of a compensatory policy, and, in other times, the dynamics, aspects and results of a territorial planning policy.

Keywords: planning, development, public policies, rural space.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 01: Mapa representativo da Amazônia Legal.....	43
Mapa 02: Mapa representativo das vias de transporte e acessibilidade no território acreano 1989...	54
Mapa 03: Localização dos Pólos Agroflorestais no município de Rio Branco.....	59

TABELAS

Tabela 01: População residente por situação do domicílio no município de Rio Branco.....	60
Tabela 02: Número de famílias assentadas por Pólo Agroflorestal.....	64
Tabela 03: Quantidade de agregados por Pólo Agroflorestal.....	64
Tabela 04: Quantidade de assentados por sexo.....	65
Tabela 05: Quantidade de assentados por faixa etária.....	66
Tabela 06: Situação educacional da população estudante.....	66
Tabela 07: Números de analfabetos da população assentada nos pólos.....	67
Tabela 08: Assalariamento da família por pólo (R\$).....	67
Tabela 09: Números de membros da família que trabalham no pólo.....	68
Tabela 10: Renda de auto-consumo dos pólos.....	68

QUADROS

Quadro 01: Principais paradigmas do desenvolvimento após a década de 1950.....	23
Quadro 02 - Evolução das teorias e políticas de desenvolvimento regional desde o Pós Guerra.....	30
Quadro 03: Quadro de produção dos Pólos Agroflorestais.....	69

FIGURAS

Figura 01: Etapas de articulação no planejamento do desenvolvimento territorial.....	24
Figura 02: Regiões do Brasil segundo vários autores.....	32
Figura 03: Cartilha da política e Slides de apresentações elaborados pela Prefeitura de Rio Branco.....	53



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO

FOTOS

Foto 01e 02: processo de expansão urbana do município de Rio Branco no período das colônias agrícolas municipais.....	50
Foto 03 e 04: Primeira Reunião no Pólo Agroflorestal Geraldo Mesquita e eleição da Associação	60

GRÁFICOS

Gráfico 01: Acompanhamento técnico nos Pólos Agroflorestais	67
--	----



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: Aportes gerais sobre a conceituação de planejamento e desenvolvimento territorial	15
1.1 O processo de “ <i>construção</i> ” da noção de planejamento	15
1.2 O planejamento e seus desdobramentos políticos	17
1.3 Desenvolvimentos: <i>conceitos e reflexões</i>	22
1.3.1 A noção de <i>Espaço e território</i> no planejamento do desenvolvimento	26
1.3.2 O planejamento do desenvolvimento Territorial	28
CAPÍTULO 2: As políticas de planejamento regional no processo de organização territorial da Amazônia	31
2.1 A Noção de região e as políticas de planejamento no Brasil	31
2.2 Dinâmicas do planejamento regional no processo de organização territorial na Amazônia	37
2.3 Os planejamentos criados para a Amazônia numa lógica desenvolvimentista	41
CAPÍTULO 03: Pólos Agroflorestais: Uma escala para pensar o planejamento territorial rural	50
3.1 Sistema Territorial: uma concepção geográfica no processo de “ <i>construção</i> ” de políticas territoriais	50
3.2 O Processo de ocupação município de Rio Branco e a formação de seus “ <i>espaços</i> ”: Das colônias agrícolas a política dos Pólos Agroflorestais	53
3.2.1 As Colônias agrícolas	56
3.2.2 Política dos Pólos Agroflorestais	57
3.3 Resultados alcançados com o desenvolvimento da política dos Pólos Agroflorestais no espaço rural do município de Rio Branco	61
3.3.1 Análise dos cruzamentos dos dados obtidos durante a pesquisa: Pólos Agroflorestais: Dimensões avaliativas de uma política de “ <i>reforma e desenvolvimento agrário</i> ” no estado do Acre	63
3.3.2 Realidade atual dos Pólos Agroflorestais	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	79



INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos contribuir com discussões e reflexões que nos possibilite colaborar com a formulação de novas proposições norteadoras de um projeto de planejamento e desenvolvimento numa dimensão territorial, ou seja, políticas que incorporem novas instâncias e bases conceituais para o desenvolvimento do espaço rural do município de Rio Branco. Segundo Gil (2007, p. 40) “[...] o desenvolvimento territorial apresenta-se como uma concepção teórico-político mais completa, pois contempla a totalidade, considerando ai todo o movimento empreendido pelos atores sociais envolvidos”.

Uma das características do planejamento embasado por uma dimensão territorial é a possibilidade de competitividade e participação dos agentes locais na busca de um desenvolvimento mais equitativo e melhor formulado. Dessa forma, é importante discutirmos algumas dinâmicas e práticas espaciais que ordenam e direcionam os processos de produção do espaço.

Na acepção de Lima (2001, p.01) “[...] a produção do espaço resulta do trabalho social que se funda no sistema técnico imperante em cada fase da história, o conjunto das tarefas executadas pela sociedade reflete a correlação entre espaço produzido e as técnicas disponíveis em determinada época [...]”.

Portanto, discutir e propor novos modelos de políticas produtivas para o espaço rural é uma atividade de ampla importância. Tendo em vista a função que este espaço tem no processo de produção e reprodução espacial. O desafio e a instigação para discutirmos esta temática surgiram no momento em que o Grupo GEDAPE começou a desenvolver uma pesquisa avaliativa da política de assentamento rural familiar dos Pólos Agroflorestais.

Os Pólos Agroflorestais foram criados no município de Rio Branco no início da década de 1990 e no final desta mesma década esta política passou a ser implantada pelo governo do Estado em vários outros municípios do Acre.



No entanto, nossa área de estudo é no município de Rio Branco, este recorte se justifica por este ter sido o primeiro município a implantar este modelo de assentamento rural familiar o que nos possibilitará realizar uma análise mais precisa e detalhada referente a esta política pública.

Todas nossas análises e discussões estão sendo embasadas a partir da qualificação do banco de dados do GEDAPE, sobre os levantamentos socioeconômicos e ambientais desenvolvidos nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Para tanto, a nossa dissertação esta estruturada em três capítulos, onde procuramos discorrer e analisar os seguintes aspectos dessa discussão:

No **primeiro capítulo** apresentamos algumas acepções e reflexões da noção de planejamento e de desenvolvimento. Nosso objetivo nesta seção é relacionar os diversos interesses existentes no processo de “construção” de uma sociedade globalizada perante as práticas do planejamento e diante das intencionalidades que esta ferramenta destina aos espaços. Como o planejamento é um instrumento de “controle”, analisaremos também este seu aspecto diante das transformações do papel do Estado e de outras instituições no processo de ordenamento do território.

No intuito de realizarmos uma análise geográfica tecemos também algumas discussões sobre alguns conceitos balizadores na ciência geográfica, como espaço e território na busca de melhor entendermos as dinâmicas políticas e espaciais desenhadas na era globalizada em que vivemos. Após criarmos o aporte teórico a respeito desses conceitos discorreremos sobre a temática do planejamento do desenvolvimento territorial e local.

Já no **segundo capítulo** discutimos os desdobramentos das políticas de planejamento regional, enfatizando as transformações ocorridas na região amazônica, no processo de organização territorial da Amazônia.

Nesse sentido, quando nos referimos às políticas de planejamento que embasaram os principais projetos de desenvolvimento regional no Brasil é indispensável enfatizarmos a noção de região que os influenciaram no momento histórico, político e científico em que os mesmos foram criados. Por esta razão é que discutimos e relacionamos as noções deste conceito em todos esses processos. Discutimos também como se deu o processo de formação e crescimento da cidade de Rio Branco realizando uma discussão a respeito da influência de duas políticas desenvolvidas para o espaço rural deste município: As Colônias Agrícolas



implantadas no final da década de 1940 e mais recentemente, a políticas dos Pólos Agroflorestais, início da década de 1990.

No **terceiro e último capítulo**, buscamos situar e relacionar nossas discussões na avaliação dos resultados alcançados pela política pública dos pólos agroflorestais. Refletindo a partir de um arcabouço teórico sobre a existência de um sistema territorial capaz de criar possibilidades de um desenvolvimento em uma dimensão territorial. Nosso objetivo é perceber e discutir como o poder público e os “agentes” locais (assentados) desses espaços estão desenvolvendo suas territorialidades, políticas produtivas e principalmente, criando novas formas de produção e reprodução do espaço rural e urbano no município de Rio Branco.

- CAPÍTULO 01 -
APORTES GERAIS SOBRE A CONCEITUAÇÃO DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O planejamento é [...] uma ferramenta das lutas permanentes do homem, desde os albores da humanidade, por conquistar graus crescentes de liberdade. Certamente, há liberdades de distinta hierarquia. Posso ganhar a liberdade de construir minha casa onde quiser e, como consequência disso, perder a liberdade de viver com serviços urbanos adequados. [...] conhecer é ganhar liberdade para decidir entre opções, o planejamento é uma mediação entre o conhecimento e a ação. (MATUS, 1989, P.155)

1.1 O processo de “construção” da noção de planejamento

Historicamente, o homem sempre teve a necessidade de planejar e ordenar suas atividades no espaço em que ele habita. Segundo Silva (2003, p.59) “Planejar é um ato inerente à condição humana. Todavia, numa sociedade em que tudo tende a ser especializado, “o planejar” vai se tornando uma atividade metodicamente definida”.

Por esta razão, analisaremos o planejamento como um importante instrumento de controle político e social.

De acordo com Escobar (2000), desde o final do século XVIII a noção de planejamento e suas respectivas práticas, estiveram associadas a processos de dominação e de controle social. Na Europa, por exemplo, o principal propulsor para o surgimento de uma política de planejamento foi o processo de normatização social que ocorreu no início do século XIX.

[...] três foram os fatores principais que desencadearam esse processo [...] *o desenvolvimento do planejamento urbano* como um meio de tentar solucionar os problemas resultantes do crescimento das cidades industriais; *o surgimento do planejamento social e a intervenção crescente por parte de profissionais e do Estado na sociedade* [...] e *a invenção da economia moderna*, que se solidificou com a institucionalização do mercado e a formulação da economia política clássica. (ESCOBAR, 2000, p. 212, *Grifo nosso*).

Escobar (2000) nos diz ainda que:

O período entre 1800 e 1950 foi testemunha da introdução progressiva dessas formas de administração e de controle da sociedade, do espaço urbano e da economia, que teriam como resultado, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, essa construção gigantesca que é o planejamento. (ESCOBAR, 2000, p.214).

Podemos afirmar então, que foi a partir deste período que ficou mais latente a necessidade de se promover novas estratégias políticas voltadas para a administração pública, o controle da sociedade, dos espaços e principalmente da economia.

Escobar (2000, p.215), ao se referir a este período nos diz que “dada à natureza da ordem econômica do pós-guerra, isso significava criar condições para a produção e reprodução capitalista”.

As técnicas de planejamento foram aperfeiçoadas durante a Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra. Foi nessa época, e ainda em conexão com a guerra, que pesquisas operacionais, análises de sistema, engenharia humana, e visões de planejamento como uma forma de “ação social racional” se difundiram. (ESCOBAR, 2000, p.215).

De acordo com Milton Santos (2003), o planejamento foi um instrumento essencial no processo de expansão do capital e principalmente de mudanças sociais, conseguindo transformar até o sistema lógico existente na relação entre a economia política e a política econômica¹. Desde então, o planejamento tem sido considerado uma importante ferramenta para a construção de um projeto de desenvolvimento político, social e econômico nas grandes nações.

[...] o planejamento esteve inextricavelmente ligado ao progresso da modernidade ocidental. Os conceitos e rotinas do planejamento que foram introduzidos no Terceiro Mundo durante e após a Segunda Guerra Mundial não são estruturas neutras através das quais a “realidade” aparece, inocentemente, e sim resultado de uma multiplicidade de ações acadêmicas, econômicas e políticas. (ESCOBAR, 2000, p.211).

Milton Santos (2003, p. 13), nos diz ainda, que: “Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações”. Ele enfatiza que o planejamento desempenhou um importante papel na “construção” dos novos modelos de produção e de consumo impondo por toda a parte o capital internacionalizado.

É importante ressaltarmos também, que o planejamento obteve uma boa aceitação, principalmente, por ter em seu discurso o respaldo de incorporar em suas práticas: *técnicas modernas, experiências inovadoras* e uma inquestionável *capacidade de aplicar o conhecimento científico* em suas ações. Por esta razão, as políticas de planejamento assumiram um importante papel no processo de organização espacial e na transformação das relações sociais e econômicas em uma escala global.

¹ De acordo com Milton Santos em seu livro: *Economia Espacial* (2003) “a economia política se caracteriza como a responsável por descrever a realidade”. Já a política econômica pode ser entendida como parte desta base concreta que tem por objetivo definir as mudanças desejadas.

1.2 O planejamento e seus desdobramentos políticos

De acordo com Ficher (2003) o planejamento existente em qualquer programa ou projeto de ordem econômica, social, territorial ou global, tem como objetivo principal organizar o crescimento e o desenvolvimento para o futuro, controlando de forma efetiva as evoluções setoriais e espaciais em vez de deixá-las se desenvolver de uma maneira espontânea.

Toda dimensão política existente em um planejamento é reflexo direto dos interesses e das intencionalidades direcionadas a um determinado espaço. Na análise de Escobar (2000), o planejamento depende de várias práticas consideradas como racionais e objetivas, mas que na realidade são altamente ideológicas e políticas, sendo através dessas práticas que o mesmo se desenvolve e se aplica.

Para que fosse possível introduzir o planejamento no terceiro mundo, no entanto, era necessário estabelecer certas condições estruturais e comportamentais, normalmente em detrimento das concepções já existentes nessas sociedades sobre comportamento ou mudança social. Devido aos imperativos de uma “sociedade moderna”, planejar significava sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades” ou erradicá-los completamente [...] (ESCOBAR, 2000, p.215).

No planejamento, a dimensão política se constrói e se desenvolve diante de algumas ações e interesses de determinados agentes (*O Estado, as políticas de mercado, as grandes empresas e corporações, entre outros*), que em certos momentos desconsideram as necessidades coletivas e priorizam interesses hegemônicos, mascarando assim as verdadeiras intenções contidas em tais políticas.

Segundo Matus (1989, p.129), toda a teoria de planejamento pode ser entendida como “um tipo especial de ação humana ou ação social. Pois, trata-se de uma ação *intencional e reflexiva*, mediante a qual o *autor da ação* espera obter, conscientemente, determinados resultados”.

Nesse aspecto, Escobar (2000) nos diz que de uma maneira geral: “o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas”. É nesse instante que podemos observar com maior clareza as relações de poder que direcionam o processo de formulação das políticas de planejamento.

Nessa discussão, até mesmo Buarque (2002) que analisa o planejamento numa linha mais sistemática não deixa de expor em suas análises a existência de uma *estrutura de poder* no processo de formulação do planejamento. Em suas análises, este autor nos diz que é por

esta razão que cada grupo social procura dominar os espaços e os meios de decisão e intervenção da realidade.

Refletindo e reproduzindo uma determinada *estrutura de poder* na organização da sociedade, as decisões geradas no planejamento expressam uma vontade dominante ou uma *hegemonia*, entendida não como a simples imposição dos interesses de algum ator sobre os outros, mas como a *expressão e síntese do jogo de cooperação e conflito dos atores*, com seus poderes e interesses diversificados. (BUARQUE, 2002, p. 82).

Para Raffestin (1993) as relações de poder que se desenvolvem em qualquer processo de organização têm como principal objetivo o controle e o domínio sobre os homens e as coisas. Ele retoma nesse momento a discussão da divisão tripartida usada na geografia política, denominando de “os trunfos do poder” as relações e a forma de controle que são exercidos sobre a população, o território e os recursos.

[...] colocamos a *população* em primeiro lugar: simplesmente por que ela esta na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação [...] o *território* não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...] os *recursos*, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p.58, *Grifo nosso*).

Nessa discussão, é importante destacarmos o controle da população como um fator determinante no processo de elaboração das principais políticas de planejamento. Raffestin (1993) nos demonstra de forma clara e relacional em seu livro “*Por Uma Geografia do Poder*”, as diferentes políticas onde a contagem (recenseamento) da população foi utilizada como meio de intervir no processo de controle, organização e mobilidade da população. Para ele, o acesso a estas informações influenciou desde as políticas de natalidade até as de imigração elaboradas e implementadas por diferentes atores (Estado, grandes empresas e organizações econômicas).

Essa informação não é somente útil à organização estatal que vê no habitante um contribuinte e um soldado potenciais, interessa, do mesmo modo, à organização econômica, à empresa, que vê no habitante um produtor e um consumidor potenciais. Seria fácil arrolar aqui o que cada organização vê na unidade abstrata que é o “homem estatístico” do recenseamento. (RAFFESTIN, 1993, p. 75).

Para Francisco Scarlato (2003), existe uma relação estreita entre a população e o planejamento desde a clássica teoria de Malthus², pois, foi a partir desse período que houve a

² De acordo com a teoria de Thomas Robert Malthus (1798), existe uma tendência universal de crescimento da população em progressão geométrica e da produção de alimentos em progressão aritmética.

preocupação por parte do poder público em incorporar os dados demográficos nos planejamentos internos das políticas governamentais, possibilitando assim obter melhores resultados na formulação de instrumentos de controle e de orientação frente aos problemas populacionais e a serviço dos planejamentos estatais.

Francisco Scarlato (2003, p.387) nos diz ainda, que no caso do Brasil:

O ano de 1889 pode ser considerado um marco significativo para os estudos geográficos da população brasileira. Foi a partir dessa data, com a consolidação da República e a separação entre o Estado e a Igreja, que se implantou o registro civil obrigatório. Esse fato significou a tomada, por parte do Estado, do controle dos registros de nascimentos, mortes e casamentos, até então sob o controle da Igreja. (SCARLATO, 2003, p.387).

Desse período em diante a elaboração de recenseamentos com certa periodicidade auxiliaram o Estado na elaboração de diversas políticas públicas. Neste contexto, Raffestin (1993, p.67) nos diz que:

O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. (RAFFESTIN, 1993, p.67).

Na acepção de Raffestin (1993, p.69) o recenseamento é “[...] uma informação sobre um estoque de energia. Uma energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias”. Ele nos diz ainda, que esta representação da população pode ser considerada o primeiro domínio do poder.

Um outro aspecto importante de ser discutido na dimensão política do planejamento diz respeito às intencionalidades e a ética existente durante o processo de concepção dessas políticas. Matus (1989) realiza uma discussão interessante a este respeito, ele faz uma análise questionando até que ponto o processo de formulação de um planejamento segue uma lógica neutra. Para tanto, ele se apropria de argumentos democráticos e autoritários existentes neste processo.

Nos argumentos *democráticos* expostos ele enfatiza que o planejamento pode ser apreendido como uma conquista de liberdade, pois nesse processo de reflexão e elaboração nos permite lutar contra as tendências e correntes que nos arrastam, ganhando espaço para podermos escolher e participar do processo de formulação de mudanças capazes de transformar o nosso futuro.

Já na sua argumentação *autoritária*, o planejamento seria a base de controle do Estado³ sobre a grande massa. Matus (1989) nos diz ainda que na democracia a lógica de formulação de um planejamento precisa ter um equilíbrio entre os poderes locais (agentes locais) e o imponente poder do Estado.

Na acepção de Milton Santos (2003), o planejamento deve ser compreendido como um importante e imponente instrumento a serviço do capital, responsável por gerar segurança, estabilidade, delinear políticas macroeconômicas tendo como função estimular investimentos privados. E o agente responsável por promover este ambiente é o Estado.

Em meio às inúmeras dinâmicas do capital no espaço e os mais diversos processos e políticas de globalização, a instituição Estado e as políticas de desenvolvimento sofreram algumas transformações, principalmente no que diz respeito as suas funções.

Para Castells (1999), somente no final do século XX a economia mundial conseguiu tornar-se global, baseada em novas infra-estruturas desenvolvidas a partir do surgimento das tecnologias da informação e de comunicação, auxiliadas ainda pelas políticas de desregulamentação e liberalização praticadas pelos governos e instituições internacionais. Deste período em diante, todas as relações espaciais se transformaram e passaram a ser delineadas pelo interesse único e exclusivamente do capital, criando de forma incessante a necessidade de controlar novos espaços, fortalecendo o processo de globalização da economia, originando novos arranjos nos processos produtivos, uma nova divisão social do trabalho, interferindo nas políticas macroeconômicas e criando as famigeradas redes de informação e de circulação de produtos, mercadorias e capital.

Neste sentido, Octávio Ianni (2004) nos fala que no curso da história da globalização do capitalismo, muito do que se encontra pelo caminho se altera, tensiona, modifica, anula, mutila, recria ou transfigura. Ou seja, ainda que os processos de globalização e modernização andem juntos, se desenvolvendo simultaneamente pelo mundo, eles também produzem desenvolvimentos desiguais, descontraídos e contraditórios.

Por este motivo, achamos interessante discutirmos como o Estado que sempre foi um importante agente norteador de políticas de planejamento e de desenvolvimento, vem se comportando e reagindo na atual conjuntura, onde as políticas de planejamento têm assumido proporções nas mais diferentes escalas.

³ Antonio Carlos Robert de Moraes no livro: Geografia pequena história crítica enfatiza a noção de Estado exposta por Milton Santos, onde o autor nos diz que “O Estado é o agente de transformação, de difusão e de dotação”. É o intermediário entre as forças internas e externas. Assim não é passivo; ao contrário, orienta os estímulos e é o grande criador das “rugosidades”. (MORAES, 2005, p.ver).

De acordo com Nandy (2000), no momento em que houve a “construção” da noção de Estado moderno, este passou a ser o principal indutor de políticas econômicas, iniciador e protetor das instituições modernas associadas ao capitalismo industrial, estabelecendo laços diretos com a megatecnologia, com as doutrinas de segurança nacional e principalmente, com a promoção do desenvolvimento.

O conceito de Estado que surgiu dessa experiência tinha algumas características específicas. [...] esse novo conceito pressupunha um encaixe maior, na vida real, entre etnicidade, nação e Estado; ao Estado atribuiu também um papel mais importante que aquele que lhe fora atribuído pelo *ancien regime*; e redefiniu-o como precursor e principal instrumento da mudança social [...]. (NANDY, 2000, p.86).

Todas as transformações espaciais e relacionais advindas do processo de globalização redefiniram o papel e a importância do Estado. Haesbaert & Porto Gonçalves (2006) na obra *A nova des-ordem mundial*, nos dizem que processos como: a liberação do comércio e das finanças, os novos padrões tecnológicos de ordem técnica, científica e as redes de informação resultaram na globalização do espaço planetário e nesse momento, o papel do Estado-nação foi redirecionado dando lugar a uma “globalização neoliberal”.

Já na acepção de Jara (1996, p.17) o processo de globalização e as novas dinâmicas espaciais e econômicas, enfraqueceram o conceito de Estado Nacional, tendo como efeito “uma redução do espaço de autonomia dos governos nacionais e estaduais em diversos campos de atuação. Hoje, o Estado nacional é pequeno demais para as coisas grandes e grande demais para as coisas pequenas”.

É nesse sentido que Buarque (2002, p. 19), nos diz que:

O Estado entra em intensa e profunda reformulação, redefinindo seu papel (privatização, terceirização e introdução da administração gerencial), em grande parte como uma necessidade de adaptação às novas condições estruturais da economia e da sociedade. Se estão mudando a produção e as tecnologias, repercutindo na organização da economia e da sociedade, o Estado não poderia continuar com as mesmas responsabilidades e características. (BUARQUE, 2002, p.19).

Nesse instante, não só o papel do Estado nacional foi colocado em xeque, mais também todas as suas dinâmicas espaciais e as políticas de planejamento, pois, todas passaram a ser redesenhadas por diferentes interesses e “agentes” e que, por sua vez, interferem e controlam de forma direta as intencionalidades dos espaços e suas respectivas políticas econômicas e de desenvolvimento.

Nesse instante, é importante discutirmos as políticas de planejamento e a ação do Estado, realizando assim uma análise mais intrínseca a respeito dos mais diversos discursos e dos principais paradigmas que nortearam tais projetos e políticas de planejamento e desenvolvimento.

1.3 Desenvolvimento: *conceitos e reflexões*

De um modo em geral, o termo desenvolvimento é provido de inúmeras acepções. Na atualidade, todos os discursos, principalmente os de ordem econômica e política tentam legitimar um conceito de desenvolvimento que simbolize uma pretensa sustentabilidade em suas ações.

Todas essas denotações atribuídas ao termo fizeram com que o mesmo se transformasse numa palavra de sentido amplo, e quase sempre visto como um processo de crescimento econômico ou ainda em um projeto político difícil de ser executado. Neste sentido, Esteva (2000) nos diz que:

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem liberta-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação. (ESTEVA, 2000, p. 64).

Para Siedenberg (2003, p. 104) “[...] o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses, e tudo indica que essa capacidade de transformação e adaptação aos diferentes enfoques é uma das suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave”.

Furtado (2000) nos diz que o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, na história contemporânea, em dois sentidos distintos: *O primeiro* diz respeito à evolução de um sistema social de produção que mediante a acumulação e o progresso das técnicas torna-se cada vez mais eficaz e, por conseguinte eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. *O segundo* está relacionado com o grau de satisfação das necessidades humanas. É nesse instante que podemos relacionar as inúmeras noções de desenvolvimento e seus paradigmas com as dinâmicas espaciais e os mais diversos projetos de planejamentos já implantados.

De acordo com Escobar (2000), as técnicas e práticas do planejamento:

[...] foram essenciais para o desenvolvimento desde seu início. Simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público, o planejamento deu legitimidade a tarefa do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele depositadas. (ESCOBAR, 2000, p.211).

Para Buarque (2002):

[...] O planejamento e o Estado (como agente regulador) ganham relevância, assumem novos papéis e se tornam uma necessidade vital na medida em que a sociedade se orienta [...] para a construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social. (BUARQUE, 2002, p.22).

Para Escobar (1998), todo o discurso do desenvolvimento que vem se perpetuando desde a década de 1950 está embasado pela confiança no seu papel modernizador, no poder de substituir as superstições e relações arcaicas, na industrialização como instrumento de modernização e no desenvolvimento material como base para se garantir o progresso social, cultural e político.

No quadro a seguir, encontrado no texto de Siedenberg (2003), ele destaca alguns dos principais paradigmas que nortearam as diversas estratégias de desenvolvimento em escala global.

Quadro 01 - Principais paradigmas do desenvolvimento após a década de 1950.

Estratégia Básica	Período	Principais elementos	Ênfase
Modernização	Década de 1950	Industrialização, substituição das importações e fomento das exportações, revolução verde.	Setorial, econômica orientada para o desenvolvimento.
Dissociação	Década de 1960	Desenvolvimento do mercado interno	Política
Equacionamento das necessidades básicas	Década de 1970	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos	Regional e social
Ajuste estrutural	Década de 1980	Desregulamentação, flexibilização equacionamento da dívida, balanço e inflações interno.	Econômica
Desenvolvimento Sustentável	Década de 1990	Desenvolvimento socioeconômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.	Regional, ambiental e socioeconômica.
Governança Global	Final dos anos 90	Novas formas de regulação global, conferências mundiais.	Global e política

Fonte: Becker e Wittmann (2003) adaptado de Coy (1998).

Todas essas estratégias básicas organizadas e apresentadas no quadro acima, estão fortemente relacionadas aos interesses do Estado e do capital. É importante destacarmos também a interferência do Estado, principalmente, por este ser o principal agente norteador de tais políticas, tendo um forte poder de decisão no jogo de interesses existentes no processo de produção do espaço e das relações sociais e econômicas.

Neste sentido, Gómez (2007, p. 43) realiza uma discussão interessante a respeito dessas constantes mudanças de paradigmas de desenvolvimento, para ele: “o desenvolvimento [...] se constrói, se teoriza e se implementa através de uma rede que inclui variáveis macroeconômicas, questões culturais, participação de certas instituições e, sobretudo, através das relações que se estabelecem entre todos esses elementos”.

Do período de modernização até chegar à era da governança global, a noção de desenvolvimento se apresentou em inúmeras escalas e se associou aos mais diversos interesses hegemônicos, por este motivo, sempre esteve em conformidade com as políticas de planejamento.

Sicsú, Lima e Silva (2005) complementam essa linha de raciocínio quando nos dizem que somente a partir de novas concepções e modelos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável e o territorial, é que as políticas de planejamento passaram a incorporar um processo mais participativo e à constituição de uma instância de negociação entre os atores sociais, de organização da sociedade e de construção de alianças e acordos políticos.

Ter o território como principal agente de análise, nos permite abranger e interagir com algumas dimensões de conflitualidades na “construção” de um novo modelo de intervenção, onde pode ser vislumbrado um projeto de planejamento e desenvolvimento capaz de compreender a totalidade espacial e as “necessidades” sociais. É por esta razão, que o planejamento do desenvolvimento territorial cria um processo mais participativo durante a criação de tais políticas, onde os agentes locais podem discutir e inserir suas territorialidades⁴ e aspectos específicos de cada localidade.

Na figura abaixo, tentamos associar os principais elementos e instituições de decisão que podem ter o território como uma instância de análise no processo de planejamento do desenvolvimento numa dimensão territorial.

⁴ De acordo com Raffestin (1993, p158) “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Englobando neste sentido as relações de poder e as interações entre os atores que modificam tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Figura 01 - Etapas de articulação no planejamento do desenvolvimento territorial



Fonte: Sistematizado por: Almeida e Cavalcante, 2009⁵.

De acordo com Pires (2002), o processo de desenvolvimento territorial:

[...] é dinamizado por expectativas de agentes local-regionais, nas quais o território seria o *agente/ator* principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os *recursos* específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e/ou inovados) no local ou região, ou nos mais diversos elos da rede mundial. (PIRES, 2007, p. 75).

Neste sentido, Gil (2007) enfatiza que o território é uma importante unidade de análise, pois devido às mudanças territoriais contemporâneas marcadas por políticas neoliberais surgiram novas territorialidades, o que nos exige uma nova leitura de seus significados com o risco de se perder a verdadeira compreensão e o significado dos fenômenos que nos apresentam.

Na análise de Silva (2003, p.65), “[...] no ato de planejar o espaço [...] a dimensão da totalidade do espaço a ser atingida é o território, seja o nacional, estadual, municipal.”. Desse modo, os conceitos de espaço e território se articulam como novas instancias e escalas de análise e reflexão para a “construção” de um modelo de desenvolvimento diferenciado.

Por esta razão, antes de apresentarmos uma breve noção do que vem a ser o planejamento do desenvolvimento em uma dimensão territorial, discutiremos algumas noções

⁵ Este organograma foi sistematizado a partir da leitura e do entendimento do processo de planejamento do desenvolvimento territorial por: Lucilene Ferreira de Almeida e Cláudio Roberto da Silva Cavalcante, durante a elaboração e revisão do primeiro capítulo desta dissertação.

de espaço e território na intenção de nos ajudar a conduzir melhor nossas reflexões numa perspectiva mais geográfica a respeito das relações e práticas do planejamento e do desenvolvimento.

1.3.1 A noção de *Espaço e território* no planejamento do desenvolvimento

Na acepção de Raffestin (1993, p.144) o espaço pode ser apreendido como um local de: “possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar”.

Na ciência geográfica, o espaço representa o local onde ocorrem as relações sociais e políticas de uma determinada população. É por este motivo, que Milton Santos (1985) nos diz que a essência do espaço é, sobretudo, social, não se constituindo apenas por objetos geográficos, naturais e artificiais que formam a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade, se distribuindo sobre uma área e a forma como esses objetos são observados pelos nossos olhos é o que reconhecemos como paisagem.

Na análise de Fernandes (2005), o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e *transformado* a todo instante pelas relações sociais, o que possibilita a criação de espaços materiais e imateriais (*econômicos, redes de informações, ciberespaços*), sendo o espaço assim multidimensional.

O espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. (FERNANDES, 2005, p. 275).

É aí, que podemos entender então, porque tais relações desenvolvidas no espaço denotam intencionalidades aos mesmos, criando assim novas estruturas políticas e relações sociais, que por sua vez, acabam diferenciando um espaço do outro. Fernandes (2005) nos chama atenção para as fragmentações do espaço ocasionadas pelas relações sociais, que acabam criando desigualdades e diferentes formas de exclusão.

As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaço é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as *leituras e ações propositivas* que projetam a totalidade como parte. (FERNANDES, 2005, p.275).

No que tocante a estes processos de fragmentação e exclusão dos espaços, Roberto Lobato Corrêa (2006) nos diz, que o homem durante o processo de organização do espaço estabelece inúmeras práticas (*seletividade espacial, lembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e a reprodução da região produtora*) que criam, recriam e transformam as interações espaciais. Esses processos ele denomina de *práticas espaciais*, que de acordo com o mesmo:

[...] resultam [...] da consciência que o homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis a cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. (CORRÊA, 2006, p. 35).

Todos esses processos ocasionam o que Ester Limonad (2006) descreve como a fragmentação e a dispersão espacial dos processos produtivos em uma escala global. Segundo ela:

A combinação dessas transformações contribuiu para alterar de forma substantiva as relações sociais e para conformar os novos quadros de relações e interações em todos os níveis de reprodução da vida social, compreendendo desde a reprodução das relações sociais de produção (meios de produção) até a reprodução do cotidiano (família). (LIMONAD, 2006, P. 147).

É nesse instante que começamos a discutir e analisar conceitualmente o que vem a ser o território. Pois como salienta Fernandes (2005), são “as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território a posteriori”.

Já para Raffestin (1993) o território pode ser apreendido como o resultado direto de uma ação conduzida por um ator que ao se apropriar (através de relações/poder) de um espaço, concreta ou abstratamente o “territorializa”. Sendo o lugar onde se materializa e ocorrem as ações.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...] o território é ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 276).

Diante das suas múltiplas dimensões⁶ o território é uma categoria de análise que nos possibilita analisar as diferentes dinâmicas e relações de apropriação e expropriação que ocorrem entre os diferentes “agentes” em um determinado espaço e tempo. Haesbaert (2004)

⁶ Almeida (2007) discute essas múltiplas dimensões analíticas, realizando uma reflexão a partir das discussões de Haesbaert, agrupadas em quatro vertentes básicas: o *território econômico*, o *território político*, o *território cultural* ou *simbólico cultural* e o *território natural*.

nos reafirma em suas análises e discussões, que no território o poder exercido não é apenas político, este poder pode estar relacionado ao sentido mais concreto de dominação ou simbólico de apropriação.

Na acepção de Gil (2007, p. 50), “[...] os problemas concretos, que demandam respostas tanto abrangentes quanto específicas, devem receber tratamento analítico e conceitual a partir da perspectiva do espaço de ação em que ocorrem as relações sociais, econômicas, política e culturais”.

No entanto, é Raffestin (1993, p.152) quem desenvolve uma discussão mais complexa e completa desse sistema territorial, para este autor: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território”.

[...] O Estado esta sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa [...]. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Neste momento, é que a dimensão territorial deve ser aprendida como base para se pensar e embasar as novas proposições para as políticas de desenvolvimento.

De acordo com Almeida (2007), é preciso considerar o território como uma instância constituída de micropoderes, exercidos por grupos sociais que se identificam cultural, político e economicamente, a partir de seus territórios construídos. Desse modo, podemos relacionar as práticas do planejamento com a noção de território, tentando desenhar um novo projeto de planejamento pensado de dentro para fora, ou seja, a partir de quem constrói o território e sempre considerando essas relações de poder presentes neste processo: de construção do território e de planejamento territorial.

1.4 O planejamento do desenvolvimento territorial

Foi durante a década de 1970, que surgiram os principais debates e discussões a respeito da necessidade de se pensar num desenvolvimento embasado por uma dimensão territorial. Neste momento, as transformações ocorridas nos processos produtivos e os seus

resultados não tão satisfatórios apontaram à necessidade de se repensar os modelos e as políticas de desenvolvimento daquele dado momento:

[...] precisamos de um novo modelo de planejamento concebido como uma província da praxiologia social - e não como emanção do econômico, como um diálogo permanente entre os atores sociais interessados - e não como um exercício formal de técnicas de planejamento e de cálculos de otimização, utilizando os indicadores sociais e as contas da natureza para descrever seus objetivos; normativo em seu procedimento e sempre preocupado em não sacrificar, em nome da eficácia e da elegância, a multidimensionalidade do homem. (SACHS, 1969, p.24)

De acordo com Rodriguez (2005, p.36):

As políticas e estratégias de desenvolvimento territorial são, por natureza, diferenciadas tanto pela heterogeneidade própria dos territórios como pela necessária visão holística, multidimensional e intertemporal que está implícita no desenvolvimento sustentável. Neste, os elementos de diversidade e equidade (dimensão social), sustentabilidade (dimensão ambiental), competitividade (dimensão econômica) e governabilidade (dimensão político-institucional) se entrelaçam para possibilitar mudança de padrões. (RODRIGUEZ, 2005, p.36).

Neste aspecto, Moraes (2003, p.146) nos acrescenta ainda que:

As oportunidades territoriais de desenvolvimento dependem das especificidades e da dinâmica de cada território. Estas refletem a complexidade de combinações de variáveis sociais e naturais internas e dessas com variáveis de outras localidades ou da globalidade, assim como das regulações formais estabelecidas entre os diferentes níveis de governo. (MORAES, 2003, p.146).

Na análise de Pires (2007) termos a noção de território socialmente construído na perspectiva do desenvolvimento é possível compreender melhor a heterogeneidade e a complexidade do mundo fragmentado do Estado nacional, as especificidades culturais e ambientais, os atores sociais e sua mobilização diante de projetos que busquem um desenvolvimento produtivo e social.

No caso do planejamento territorial no Brasil, Abramovay (2005) nos diz que:

O grande desafio do planejamento territorial brasileiro consiste em passar de uma lógica “de balcão” a uma sistemática “de projetos”. Na escassa margem de racionalidade que sobrar, durante a campanha eleitoral, para o debate das grandes questões estratégicas a serem enfrentadas pelo País, o papel dos territórios no processo de desenvolvimento e das instituições responsáveis por sua gestão deverá ter um papel central. Em todo o mundo, o processo de planejamento adquire dimensão territorial cada vez mais pronunciada. Isso supõe, entretanto, a construção e o reconhecimento de atores e organizações capazes de incorporar as iniciativas, as ambições e os potenciais das diferentes regiões de que se compõem os países. (ABRAMOVAY, 2005, p.01).

Perante tudo que foi explicitado nesta seção a respeito dos inúmeros discursos políticos e propostas do planejamento de um desenvolvimento em uma dimensão territorial, podemos apreender que todos os esforços pela procura de um novo modelo de desenvolvimento é reflexo direto de um novo cenário político e econômico do atual mundo globalizado em que vivemos.

De acordo com Moraes (2003) a urgência pela procura de um “novo modelo” de desenvolvimento se acentuou quando se constatou que o crescimento e o desenvolvimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se propagavam de forma homogênea para todas as regiões e nem permitiam uma distribuição equitativa de renda entre os diversos grupos sociais.

- CAPÍTULO 02- AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

O planejamento emerge [...] como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional e que, *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital [...]. (OLIVEIRA, 1981, p. 29).

De acordo com Almeida (2004, p.3) “O Brasil acumulou, sobretudo entre os anos 40 e 70 do século passado, uma experiência razoável em matéria de planejamento governamental”. Durante algumas décadas, o Estado criou inúmeras políticas e formas de intervir no território brasileiro tendo como elemento preponderante a dimensão econômica e, sobretudo, legitimando uma política que gerou um crescimento econômico setorial e desigual em âmbito regional.

Na análise de Magnago (1995, p.67), “A divisão do espaço geográfico brasileiro em regiões é uma tarefa de caráter científico, ditada tanto por interesses acadêmicos, quanto por necessidades do planejamento e da gestão do território”. Por esta razão, entendemos que a região é um conceito balizador e importante de ser discutido na parte inicial deste segundo capítulo, pois, associaremos tal discussão e noção com os diferentes processos de planejamento das atividades econômicas e políticas no território.

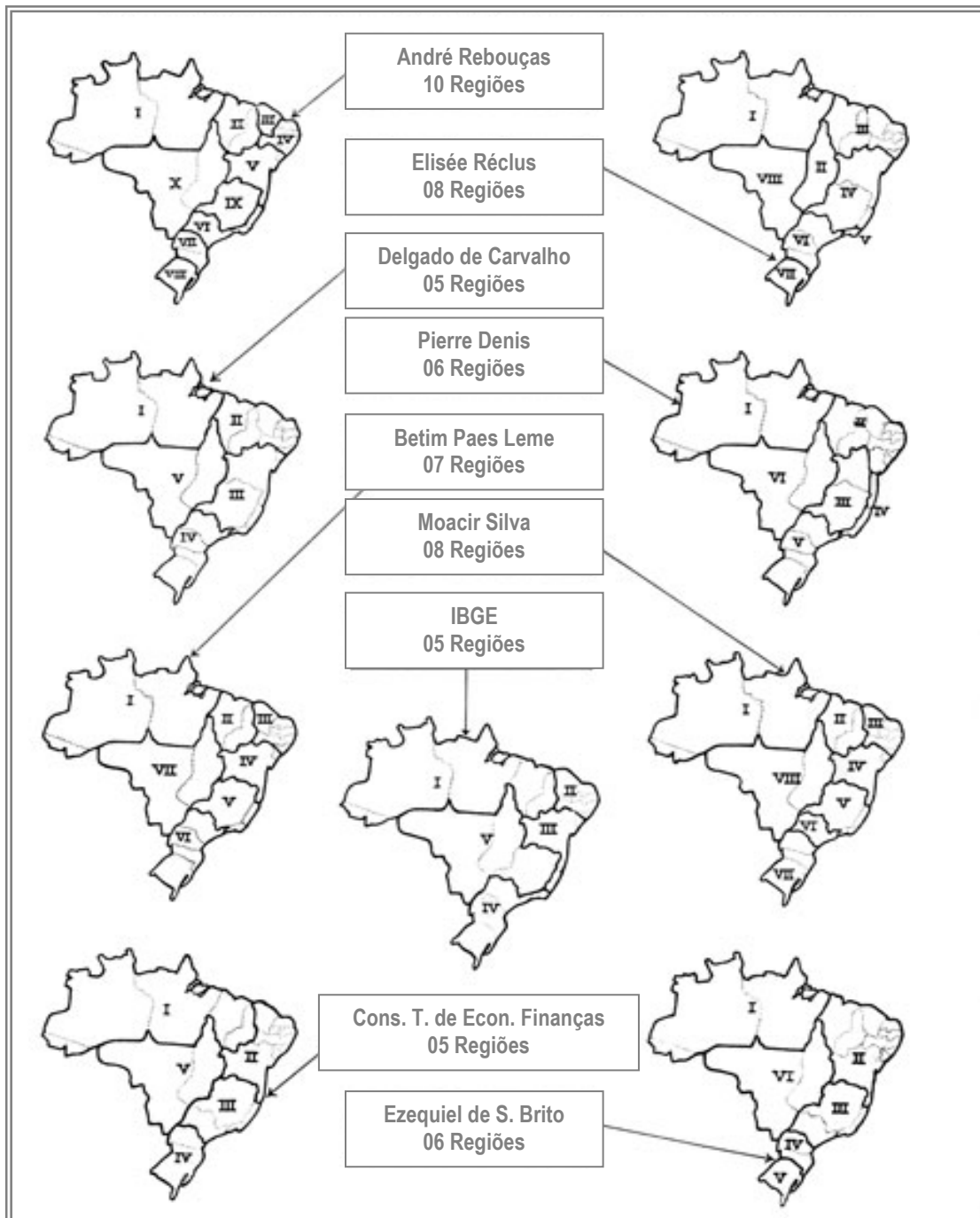
2.1 A Noção de região e as políticas de planejamento no Brasil

Na acepção de Gomes (2006), o conceito de região possui implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial.

Nas práticas do planejamento, o conceito de região sempre esteve associado aos interesses do Estado para fins de ordenamento do território. Para Haesbaert (2003) num sentido mais restrito a noção de região sempre esteve associada às relações de poder, principalmente quando vinculada à figura do Estado.

Magnago (1995, p.65), quando comenta a respeito do marco inicial da divisão regional brasileira, nos diz que durante os processos de divisão espacial: “A definição do conceito de região, assim como a formulação de uma metodologia capaz de identificar, delimitar, descrever e interpretar sua forma e conteúdo, é preocupação presente na pesquisa geográfica, desde o século XIX”.

Figura 02 - Regiões do Brasil segundo vários autores



Fonte: Guimarães, Fábio M.S. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.3, n.2. p.344, abr/jun.1941. Retirado do texto de Magnago, 1995.

Magnago (1995, p. 66) comenta ainda que:

Nos estudos geográficos produzidos no Brasil, a questão regional começa a ganhar consistência teórica a partir do início do Século XX, com a obra de Delgado de Carvalho, onde é introduzido o conceito de região natural. (MAGNAGO, 1995, p.66)

Na acepção de Meri Bezzi (2003), a região é uma das mais tradicionais categorias de análise espacial, utilizada por outras várias ciências espaciais, o que faz com que a mesma tenha várias interpretações, desafios e formas de acordo com o período técnico-ciêntifico-informacional que vivemos em decorrência principalmente dos imperativos impostos pela globalização.

No entanto, nenhuma outra ciência teve uma ligação tão intrínseca em seu processo de formação e discussão como a ciência geográfica. Neste aspecto, Haesbaert (2007) nos diz que o conceito de região na ciência geográfica é algo complexo e polissêmico, principalmente pela grande amplitude que atinge no senso comum:

A polissemia com que o termo se revestiu torna-se muito evidente a partir de concepções extremamente amplas como a de “esfera de domínio de algo” ou de “espaço ocupado por alguma coisa”. Por outro lado, o sentido mais restrito, originalmente ligado a relações de poder [...] acabou aos poucos perdendo terreno, permanecendo, entretanto, a característica do “poder” que impõe toda a divisão regional, especialmente quando vinculado à figura do Estado (HAESBAERT, 2007, p.39).

Um outro aspecto relevante nessa discussão são as transformações que ocorreram nos métodos de investigação e análise da ciência geográfica. Duarte (1980) enfatiza que a produção do saber geográfico voltado à análise regional passou por fases cíclicas de maior ou menor produção. Ele nos apresenta duas dessas fases que o mesmo considera importante de ser analisada.

[...] uma delas é a época em que a comunidade regional procura se afirmar entre os técnicos de planejamento regional, com estudos sobre a regionalização e desenvolvimento regional. É a fase da chamada “geografia aplicada” ou “geografia ativa”, muito difundida pelos geógrafos franceses que produziram estudos voltados para a classificação de espaços regionais. Outra fase, também relacionada ao desenvolvimento econômico, caracterizou-se por estudos de regiões segundo modelos de teorias econômicas. (DUARTE, 1980, p. 05)

O papel desempenhado por todos esses processos de regionalização do território brasileiro, foi criar “recortes” espaciais que facilitassem o planejamento e o desenvolvimento de algumas ações e de planos de governo. O conceito de região sempre foi capturado pelo Estado para fins de planejamento. Para Marcolin (2009), desde 1942, uma estratégia básica do governo brasileiro foi “Dividir para governar”.

Já durante a geografia tradicional, a noção de região teve como base a percepção de área, extensão espacial, soberania e unidade administrativa. Foram alicerçadas nestas percepções que neste período surgiram à noção de região natural e região geográfica. Na acepção de Spósito (2004, p.103) “o conceito de região natural nasce, portanto, da “idéia de que o meio ambiente tem certo domínio sobre as orientações dos diferentes aspectos do desenvolvimento da sociedade””.

É importante ressaltarmos a importância da obra de Delgado de Carvalho que foi o responsável pela definição de região natural nos estudos geográficos. Segundo Magnago (1995):

Esse autor apoiava-se na premissa de que uma divisão regional deveria ter um caráter duradouro, o que não poderia ser obtido através da análise de “fatores humanos”, muito dinâmicos e mutáveis. Dessa forma, a divisão proposta por Delgado de Carvalho baseava-se apenas em elementos do meio físico. (MAGNAGO, 1995, p.66).

Na primeira divisão regional oficial do Brasil, elaborada por Fábio Guimarães, os elementos limitantes e de análise foram praticamente os mesmos de Delgado de Carvalho, que por sua vez, seguia uma orientação semelhante à de Ricchieri. Nesse sentido, Andrade (2001) nos diz que:

[...] quando o governo Vargas resolveu desenvolver uma política de organização territorial, comandada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães, dispondo, ainda, de pouco conhecimento do território Brasileiro (1941) e poucos recursos, fez a divisão em grandes regiões naturais [...]. (ANDRADE, 2001, p.06).

De acordo com José Arbex Jr. (2005), nesse dado momento a utilização do conceito de região natural atendeu satisfatoriamente as preocupações existentes com os levantamentos estatísticos e a formulação de políticas de planejamento, lançando assim um novo “olhar” para o espaço nacional.

Para Meri Bezzi (2004, p. 44) “[...] apesar das deficiências conceituais, deve-se ter em mente que, ao definir região natural e região geográfica, os geógrafos conseguiram estabelecer para a geografia um conceito-chave da disciplina e um modo específico de análise, ou seja, a síntese regional descritiva”. Com essa síntese regional descritiva não só a ciência geográfica obteve avanços, mas as políticas de planejamento em escala regional conseguiram se operacionalizar e se desenvolver de forma mais articulada.

Já Midlej & Fialho (2005) nos dizem que somente na nova geografia é que a região foi vista como um caso particular de classificação, desenvolvendo o conceito de organização espacial entendido como padrão espacial resultado direto das decisões locais. Este

enfoque foi bastante utilizado nas políticas de planejamento regional, embasados por conceitos como os de *regiões homogêneas e regiões funcionais*. Meri Bezzi (2004) nos define e exemplifica o que seriam essas regiões homogêneas e funcionais:

“[...] a região homogênea constituía uma grande região econômica, continua ou não [...]. Podia ser constituída por várias pequenas unidades, ou centralizar-se em unidades menores, constituindo, assim, os espaços hierárquicos ou subespaços. Por outro lado, a região funcional ou a regionalização pela polarização constituía um processo que atingia sua plenitude em áreas desenvolvidas”. (BEZZI, 2004, p. 149).

Foi dessa acepção de região que surgiu os chamados “pólos de desenvolvimento”, noção utilizada por diversas esferas do governo nos seus planos de ação. Durante este período, a regionalização foi sinônimo de “desenvolvimento estimulado”, principalmente por políticas incentivadas pelo governo federal tendo como objetivo diminuir os expressivos desníveis entre essas regiões.

Nas décadas de 1970 e 1980, estudiosos consideraram a necessidade de repensar o conceito de região sob uma articulação dos modos de produção, através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, por meio das relações entre Estado e sociedade local, ou então introduzindo a dimensão política (MIDDLEJ & FIALHO, 2003, p. 5).

De acordo com Haesbaert (1999):

Se existe hoje um resgate ou uma continuidade teoricamente consistente para os estudos regionais e os métodos de regionalização, ele deve se pautar numa reconstrução do conceito de região a partir de suas articulações com os processos de globalização (HAESBAERT, p.32, 1999).

Essa mesma leitura é feita por Melgaço e Alburquerque (2004) quando nos dizem que o conceito de região esta ativamente presente no atual cenário globalizado no qual vivemos, tendo em vista que a globalização pode ser entendida como um vetor seletivo que não aciona todos os pontos (lugares) igualmente e sim privilegiando alguns.

Meri Bezzi (2004) nos diz que para compreender a região é necessário considerarmos seus desdobramentos externos, seja em direção a novos paradigmas onde há a valorização do território, do lugar, seja numa perspectiva globalizante que permita entende-la como um todo, que em muitos casos não é homogêneo e nem tende necessariamente para o equilíbrio, mas se movendo através das contradições.

No quadro a seguir elaborado por Galvão (2007), encontramos alguns dos desafios do planejamento territorial no Brasil, explicitado em um quadro evolutivo, onde as principais teorias e políticas do desenvolvimento regional no período subsequente a Segunda Guerra Mundial estão representados.

Quadro 02 - Evolução das teorias e políticas de desenvolvimento regional desde o Pós Guerra.

Teorias Políticas	Estratégias de Desenvolvimento Regional
1945	Crescimento Equilibrado - Divisão a partir de Bacias Hidrográficas
1960	Pólos e Crescimento Equilibrado - Industrialização e Pólos de Desenvolvimento
1970	Desenvolvimento Endógeno - Desenvolvimento Rural Integrado
1980	Ecodesenvolvimento Baseados em Inovação - Distritos Industriais e Programas Regionais
1990 - 2005	Nova Geografia Econômica e Rendimentos Crescentes - Programas Sub-regionais

Fonte: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Antonio Carlos F. Galvão, 2007.

No quadro acima, podemos encontrar diversas acepções e modelos de articulações espaciais nas políticas de cunho regional desenhadas por novas instâncias e escalas de atuação.

É nessa hora que podemos visualizar melhor a interação do conceito de região com as principais políticas de planejamento. Segundo Magnago (1995, p.74):

As novas tendências no pensamento regional, muito voltadas para a questão do planejamento, estavam inseridas no conjunto de transformações socioeconômicas desencadeadas após a II Guerra Mundial. A maneira como vinha-se dando a expansão capitalista, desde o final daquele conflito, com suas inevitáveis conseqüências na produção de novas formas de organização do espaço brasileiro, acentuava a necessidade de reformulação do modelo de divisão regional do País (MAGNAGO, 1995, p.74).

No tocante a novas reformulações de modelos de divisão regional em decorrência de processos de transformação territorial, Haesbaert (2007, p.37) comenta que:

A transformação territorial, hoje muito mais dinâmica, instável e mesmo imprevisível, também leva muitos a considerar que estamos enfrentando um acelerado movimento de desterritorialização e homogeneização, ignorando que não existe destruição de territórios sem a sua configuração em novas bases [...] precisamos assim questionar estes pressupostos simplistas que envolvem os discursos de “regionalização” frente à globalização e da desterritorialização sem seu contraponto indissociável, a reterritorialização. (HAESBAERT, 2007, p.37).

Diante de todos os processos políticos e econômicos criados e transformados pelo pela globalização, a dinâmica e as expectativas regionais assumiram novas intencionalidades. De acordo com Lencioni (2005, p. 1999) “o que não se sustenta mais hoje em dia é a idéia de região nos moldes clássicos”.

O processo de homogeneização, longe de significar aniquilamento da região, significa fragmentação e também diferenciação regional. Tanto é que os movimentos regionalistas emergem como força política no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço (LENCIONI, 2005, p. 199).

Para Siedenberg (2003) na atualidade existe a necessidade de cada região criar e propor seus próprios mecanismos de desenvolvimento, reagindo e participando mais das decisões que norteiam e condicionam os seus modos de vida, estabelecendo dessa forma, um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos. É nesse instante que podemos relacionar as dinâmicas regionais com as relações desenvolvidas no território no processo lógico de poder, apropriação e divisão espacial.

Segundo Silva (2003), tanto o espaço, como o território, são categorias de análise importantes para se apreender as especificidade regionais:

Nesse contexto, podemos dizer então que o planejamento regional aparece assim como um modelo de pensar e repensar o espaço de forma mais racional em busca de estabelecer orientações nos processos sociais, econômicos, políticos, educacionais etc., com vista à adoção de medidas visando uma atuação mais eficaz, a partir das especificidades socioespaciais. (SILVA, 2003, p.65)

Por isso, esses processos de produção e reprodução do espaço associados às inúmeras dinâmicas territoriais reordenaram e operacionalizaram os principais projetos políticos, sociais e econômicos da região amazônica.

2.2 Dinâmicas do planejamento regional no processo de organização territorial na Amazônia

Podemos afirmar que todo o processo de organização territorial e de criação e implantação de políticas de planejamento para a Amazônia é algo bastante recente. Na acepção de Berta Becker (2004), a fase inicial do planejamento regional na Amazônia iniciou-se ainda no período do Estado Novo de Vargas e mesmo assim foi muito mais discursiva do que ativa.

A “Marcha para o Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a delimitação oficial da região por critérios científicos foram dessa fase, seguidos pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mas apenas revelam uma preocupação regional sem ações correspondentes. (BECKER, 2004, p. 25).

Para José Arbex Jr. (2005, p. 33) “nos dois governos de Vargas, a região amazônica passou a ser considerada área prioritária nos planos de desenvolvimento e integração nacional. Entre o final da década de 1920 e os anos 30 haviam proliferado propostas de redivisão territorial do Brasil, pautadas por diversos critérios”. Neste momento, podemos relacionar e visualizar as práticas do planejamento, entendendo cada proposta de regionalização criada pelo Estado.

No período subsequente, o Brasil recebeu apoio do governo americano para realizar alguns levantamentos a respeito das disponibilidades existentes em recursos na conjuntura militar que ocorria naquela época (Missão Cooke, 1942-1943). De acordo com Oliveira (1991):

Na mesma raiz dos “Acordos de Washington” de Vargas estava o veio em que germinaram mais tarde a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), sua sucessora a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a ação da estatal Cia. Vale do Rio Doce na aliança com grupos multinacionais para a exploração de minérios, sobretudo na Amazônia (OLIVEIRA, p.15, 1991).

É interessante enfatizarmos a relação existente entre as políticas de planejamento criadas pelo governo brasileiro e os diversos interesses do capital estrangeiro. Tendo em vista, que até o final da Segunda Guerra Mundial existiram inúmeros planejamentos que tinham como principal objetivo identificar potencialidades da região e priorizar o fortalecimento da economia da borracha orientado por interesses externos. Nesse aspecto, Mahar (1978) nos diz que:

[...] o planejamento para a Amazônia no período de 1912/45 foi quase exclusivamente dedicado a esforços para recuperar a economia regional da borracha [...] julgaram os planejadores [...] que poderiam reviver a prosperidade do surto da borracha de 1870/1912. Em vez disso, perpetuaram uma mentalidade baseada na extração de produtos florestais que praticamente determinou a estagnação econômica da região por um longo prazo. (MAHAR, 1978, p. 09)

Nessa época, no território acreano a econômica baseava-se ainda no extrativismo da borracha. Segundo Egler (1989), o Acre era um dos grandes produtores de borracha e por este motivo, foi um dos Estados que sentiu com maior intensidade os efeitos da crise gumífera. Outro aspecto interessante discutido por esta autora é que mesmo o território acreano sendo o maior produtor de borracha, o mesmo não atraiu nenhum capital estrangeiro na produção da heveicultura⁷ nesse momento.

⁷ **Heveicultura** é o cultivo da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para a extração do látex-elastômero para a fabricação de borracha natural.

Já durante o governo de Juscelino Kubitschek criou-se o chamado “Plano de Metas” (1956 - 1961). Para Almeida (2004) este plano promoveu um grande avanço no que se refere à noção de uma coordenação racional da ação do Estado estimulando diversos setores da economia, principalmente o setor industrial e de infra-estrutura.

Na acepção de Lafer (1975) o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, diante das grandes formulações e impactos criados na economia e na área social como a primeira experiência de planejamento governamental no Brasil.

Para José Arbex Jr. (2005, p.35), “Coerente com a sua estratégia de “interiorizar o desenvolvimento”, o governo Juscelino Kubitschek, instituiu *I Plano Quinquenal* (1955-1960), no quadro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia [...] supervisionado pela Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)”.

Os problemas do I Plano Quinquenal começaram quase que desde o início. A origem de muitos desses problemas foi o caráter abrangente de suas metas, combinado com o conhecimento extremamente rudimentar da estrutura sócio-econômica e do potencial da região. (MAHAR, 1978, p. 17).

Segundo Guerra (2004), neste período no Estado do Acre, ainda não tinha uma política estruturada de ordem econômica e de colonização. A produção agrícola e a pecuária eram atividades incipientes, pois somente nesta época é que se começou a diminuir no território acreano o nomadismo agrícola da população.

De acordo com Silva (2003), nesse processo de transição em sua base produtiva reproduzem-se as formas espaciais de produção familiar agrícola.

Diante da problemática gerada no contexto das transformações socioespaciais, com o aumento da mobilidade territorial interna da população, o governo do então Território Federal do Acre, a partir da década de 1940, teve que desenvolver uma política de reassentamento dessas famílias, em colônias agrícolas localizadas nas proximidades das cidades, em antigos seringais desapropriados e loteados para esta finalidade. (SILVA, 2003, p. 109).

O governador do território acreano Oscar Passos encarregou o engenheiro agrônomo Pimentel Gomes a criar um plano de colonização. Segundo Guerra (2004, p.172) “O primeiro plano de Pimentel Gomes é de que fosse instalada no território pelo menos uma colônia em cada um dos sete municípios”.

Em âmbito regional, segundo Mahar (1978) a SPVEA tinha como prioridade ainda com o intuito de contemplar os objetivos do I Plano Quinquenal desenvolver as atividades agrícolas na região além de estruturar e implementar os transportes, as comunicações e a base de energia. (MAHAR, 1978).

Desde então todos os governos seguintes procuraram traçar estratégias e planos que pudessem originar qualquer processo de crescimento econômico. O plano trienal elaborado por Celso Furtado, por exemplo, no governo de João Goulart tinha por base a ação econômica. Era um plano de transição econômica que segundo Almeida (2004), tinha como principal objetivo a substituição das importações, onde se analisava que os problemas estruturais daquele momento eram ocasionados pelo setor externo.

Foi um período de baixo nível de investimentos e o objetivo de vencer a inflação não foi alcançado. Entretanto, no final de seu governo Goulart fundou a ANPES (Associação Nacional de Programação Econômica e Social), objetivando a elaboração de estudos para subsidiar planos para governos futuros.

Conforme Almeida (2004) neste momento, o Estado estava se preparando para a promoção de projetos de crescimento econômico no Brasil e que foram efetivados no contexto do regime militar, onde se iniciou uma série de ambiciosos planos nacionais de desenvolvimento.

O modelo e a lógica desses planejamentos regionais tinham como principal objetivo executar os interesses do capital estrangeiro, fortalecendo uma política globalizada de exploração dos recursos naturais dos países considerados menos desenvolvidos.

Nessa discussão, Oliveira e Lima (2006) nos dizem que “as teorias clássicas sobre desenvolvimento regional sempre valorizaram uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento”.

Segundo José Arbex Jr. (2005) logo após o golpe de 1964, o regime militar que se instaurou tinha como lema principal o desenvolvimentismo e a segurança nacional, dando ênfase aos aspectos geopolíticos na ocupação da Amazônia. Neste sentido, Brito e Costa (2006) caracterizam que:

Como principais pilares desta estratégia, destacam-se: os projetos de colonização dirigidos pelo Estado, como vistas a “ocupar” a região; a ampliação dos incentivos fiscais, para os quais a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA tiveram papel preponderante; além de investimentos estatais voltados para o reconhecimento das potencialidades da região, através de levantamentos de dados de suas características físicas, no que foi fundamental o Projeto Radam-Brasil e a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRITO; COSTA, 2006, p.198).

Para Rêgo (2002), todo o processo de ocupação da fronteira capitalista da Amazônia:

[...] obedece a determinações gerais relacionadas com as exigências de expansão do capital monopolista em escala mundial, particularmente para os países periféricos, no movimento de constituição de novos domínios de valorização, pela exportação de capitais, e de controle de fontes de energia e de matérias primas estratégicas, acompanhado da dominação política e ideológica dos países centrais do capitalismo sobre os países periféricos. (RÊGO, 2002, p.271)

Segundo Crocco e Simões (2005) a partir da década de 1970, além da própria dinâmica do capital no espaço, o governo federal instituiu políticas que interferiram no desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo mitigaram desequilíbrios regionais promovendo a integração nacional.

Foi neste momento que surgiram os grandes projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia.

2.3 Os planejamentos criados para a Amazônia numa lógica desenvolvimentista

Os principais planejamentos criados para a Amazônia sempre tiveram duas visões: A primeira de que a mesma é um reservatório inesgotável de recursos naturais disponíveis para serem explorados, e a segunda, de que a região está numa posição geográfica estratégica para promover o tão sonhado projeto de desenvolvimento econômico brasileiro a partir de articulações em âmbito nacional e internacional.

Na análise de Becker (2004), existem três períodos importantes para serem analisados no processo de formação da região amazônica:

A *formação territorial*, caracterizada pela ocupação da região e gradativa exploração dos recursos naturais para a exportação (drogas do sertão, borracha entre outros produtos); em seguida há A *formação da região*, marcada pela ocupação do território, as migrações e a forte ação do Estado atuando na ocupação e exploração da região, e finalmente o que ela chama de *a incógnita do heartland*⁸, ou seja, a visão da região como sendo uma área de fundamental importância para o equilíbrio do planeta, é nesse momento que se acentuam as discussões ambientalistas e a Amazônia se torna o símbolo de um discurso “sustentável”.

⁸ O Heartland que a autora faz referência esta inserida na obra de Halford Mackinder, onde o mesmo põe em xeque toda a teoria de Alfred Mahan que afirmava que o controle das rotas marítimas seria a chave da hegemonia mundial. Para Mackinder mais imponente seria a nação que tivesse o controle de um poder terreno, uma “área pivô”, uma área estratégica no âmbito das articulações geopolíticas.

Na acepção de Rodrigues (2004, 415) “[...] os programas de planejamento econômico fracassaram, na maioria das vezes, em razão da falta de intimidade com a realidade local. Os processos de ocupação da região se fundaram em planejamentos orientados por uma visão externa”.

Sobre esse aspecto, Becker (2001, p.136) corrobora nos dizendo que:

Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional. (BECKER, 2001, p. 136)

Foi no final da década de 1960, que surgiram os principais programas de ocupação e desenvolvimento econômico para a região, associados de forma direta aos interesses do capital estrangeiro. Na visão de Oliveira (1991), todo o interesse do capital estrangeiro em explorar esta região foi impulsionado pelo envolvimento dos Estados Unidos na política interna brasileira e, sobretudo, pelo apoio de uma fração da burguesia brasileira que se associou aos grupos estrangeiros no processo de exploração desenfreada das riquezas minerais existentes na região.

Nesse contexto, Castro (2005, p.10) nos diz que:

A visão que as elites brasileiras tinham da região amazônica, nos anos 50 e 60, harmonizava-se com o projeto nacional de desenvolvimento, projeto que se fortaleceu nos governos posteriores. Das políticas formuladas com base nessa visão, duas materializar-se-iam em grandes obras que definiriam, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro dessa região e de sua integração à economia nacional [...] a partir daí, a política que nortearia o avanço da fronteira econômica na Amazônia permitiu, de um lado, a incorporação de novos territórios à economia e à sociedade e, de outro, o aprofundamento da integração ao mercado nacional e às estruturas produtivas de acumulação do capital globalizado. (CASTRO, 2005, p. 10)

De acordo com Becker (2006), foi a partir desse período que ocorreram as principais mudanças estruturais na região, como: a conectividade, as transformações econômicas e novas formas de povoamento. Outro acontecimento importante de ser mencionado nesse período foi à criação do Decreto-Lei de 1966, que cria a Amazônia legal⁹, um recorte espacial de suma importância para a região no contexto político e econômico.

Para Ferreira e Salati (2006), “Esse Decreto-Lei previa tratamento especial nos processos de colonização ali a serem estabelecidos, com vistas a não descaracterização desse espaço geográfico”.

⁹ O Decreto-Lei que institucionaliza a Amazônia Legal inclui toda a região Norte (os estados do Amazonas e Pará e, à época, os territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Boa Vista) parte sul e oeste do estado do Maranhão, o norte de Goiás (hoje estado do Tocantins) e o estado do Mato Grosso.

Mapa 01 – Mapa representativo da Amazônia Legal



Fonte: Ecodebate, 2008. Disponível em: www.ecodebate.com.br, acessado em: 06/06/2009.

Nesse momento, o bordão era: “*Desenvolvimento é Industrialização*”, tal bordão e pensamento estava em acordo com as recomendações da CEPAL (*Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*), que defendia a industrialização como a única forma dos países latinos americanos conseguirem alcançar uma determinada autonomia e conseqüentemente, um processo de crescimento econômico.

A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência - líder do “terceiro mundo” por meio de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos. (Kohlhepp, 1978, p. 9).

Desse período em diante, o Brasil teve como principal projeto construir um parque industrial mais consolidado com o intuito de assim poder fazer frente aos outros países industrializados no mercado internacional.

Nos vários discursos sobre o desenvolvimento para da região amazônica o que sempre prevaleceu foi uma concepção puramente econômica, voltada para a exploração dos recursos naturais de uma forma indiscriminada. Esse processo gerou transformações na paisagem, no território, e no ideário popular.

De acordo com Oliveira (1991), no início do século passado a exploração dos recursos naturais disponíveis na nessa região era algo ainda bastante incipiente, somente após grandes estudos e levantamentos das potencialidades da região, sobretudo no tocante a recursos minerais é que esse processo exploratório se expandiu.

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos “Acordos de Washington”, que curiosamente instituíram o monopólio estatal da borracha através do banco da Amazônia, com a participação de 50% de capital norte-americano, e o monopólio estatal da exportação do minério de ferro, através da companhia Vale do Rio Doce, constituída em 1942 [...] (OLIVEIRA, 1991, p.15).

Para Buarque (2006), o fordismo, modelo de crescimento econômico do pós-guerra, foi um modelo baseado no tripé: abundância de recursos naturais e energéticos, aumento da produtividade do trabalho e presença do Estado de bem estar (*O Estado era mais regulador da economia do que interventor, e funcionava na verdade para reparar as falhas sociais e econômicas do sistema*).

No entanto, a sociedade deparou-se com o fato de que os recursos naturais são finitos, e os resultados sociais deste desenvolvimento não foram compensados, pelo contrário, a pobreza e a miséria na região só aumentaram.

Segundo Castro (2005), alguns estudos realizados na década de 1970, sobre as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia já apontavam que os problemas ambientais poderiam ocorrer principalmente em função de um modelo de desenvolvimento que ignorava os possíveis impactos ambientais.

Das políticas formuladas com base nessa visão, duas materializar-se-iam em grandes obras que definiriam, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro dessa região e de sua integração à economia nacional [...]o avanço da fronteira econômica na Amazônia permitiu, de um lado, a incorporação de novos territórios à economia e à sociedade e, de outro, o aprofundamento da integração ao mercado nacional e às estruturas produtivas de acumulação do capital globalizado. A Amazônia brasileira foi concebida, pelas elites nacionais, como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis. (CASTRO, 2005, p. 10)

De acordo com Nunes (1991), Acre começa nesse período uma nova fase de ocupação:

[...] que deve ser entendida em primeiro lugar, no bojo de um processo mais amplo relacionado à economia nacional. Em segundo, a partir da intervenção do Estado, que proporcionou condições efetivas para diversificação das atividades econômicas e dinamização daquelas consideradas modernas e que iniciavam o seu processo de implantação – a pecuária – bem como dos grupos econômicos chamados a orientar a reorganização do espaço agrário acreano. (NUNES, 1991, p. 52).

Para Mello (2002), na década de 1970, o principal projeto geopolítico do governo era acima de tudo garantir o poder político do Estado sobre as fronteiras nacionais. Uma outra estratégia foi desenvolver mecanismos e políticas de ocupação do território nacional atreladas ao processo econômico indutor dos investimentos estatais e estrangeiros explicitados nos *Planos Nacionais de Desenvolvimento*.

Conforme Mahar (1978):

Os primeiros anos da década de 70 caracterizaram-se por acentuada intensificação da atividade federal na Amazônia. Embora o desenvolvimento econômico ainda continuasse como importante política, os objetivos de ocupação física assumiram importância primordial (MAHAR, p.30,1978).

Silva (2003) nos diz que:

[...] o apogeu destas mudanças no Acre se deu no período de 1971 a 1975, durante o governo de Francisco Wanderley Dantas, que lançou mão de uma política deliberada visando atrair investidores do Centro-Sul e mudar a base econômica do estado, assentado tradicionalmente no extrativismo vegetal para uma atividade “considerada moderna”: no caso, a pecuária extensiva. (SILVA, 2003, p. 112).

Neste período foi utilizado o discurso de que era preciso “integrar a região amazônica para não entregá-la aos estrangeiros”, e ao mesmo tempo a sociedade foi cercada por propagandas de cunho nacionalista reforçadas principalmente pelos meios de comunicação de massa. Para Kohlhepp (2002), o desenvolvimento da infra-estrutura do Programa para a Integração Regional (PIN), estava centrado no transporte rodoviário, pois o mesmo era visto como parte central dos esforços para a integração da Amazônia.

Este programa criado no início da década de 1970, com o intuito de desenvolver e prover a região em infra-estrutura, marcado por grandes obras como a Transamazônica, a Rodovia Cuiabá - Santarém, entre outras grandes obras, programa baseado na formulação dos chamados eixos de desenvolvimento. Nesse período, a redução de impostos para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado.

Um outro elemento que norteou esse programa foi à implantação de uma malha rodoviária implantada pelo Estado. Para Becker (2004), nesse período a principal finalidade era a apropriação física e controle do território:

Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbanas e etc., subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha tecno-política. (BECKER, 2004, p. 26).

No território acreano, Neves e Lopes (1989) comentam que no ano de 1968, a BR-364 já fazia a ligação rodoviária entre o Acre e as demais regiões do território brasileiro, mesmo em condições precárias, mas o isolamento já não era tão alarmante. Foi nesse período também que o governo criou o **INCRA** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com a função de implantar projetos de colonização rural. Entretanto, todas as metas e resultados que se pretendia alcançar com essa política de assentamento gerida pelo INCRA não renderam os resultados esperados:

A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas e, por conseguinte, a sustentabilidade foi avaliada de maneira muito positiva (MAHAR *apud* KOHLHEPP, 2002, p.39).

Principalmente, porque os estudos realizados para a implantação desses projetos de assentamentos não foram bem elaborados e muito do que se pensou para esses assentamentos não foi colocado em prática. É importante ressaltarmos que o PIN se constituiu numa tentativa de orientar a estratégia de desenvolvimento regional que vinha sendo baseada na industrialização.

De acordo com Brito e Costa (2006) neste momento, ainda na década de 1970, o Estado marginaliza a estrutura camponesa na estrutura da economia global priorizando assim, o desenvolvimento de grandes projetos baseados em grandes investimentos de capitais.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento foi constituído a partir de alguns objetivos implícitos no PIN. Mahar (1978, p.34) nos diz que “De acordo com o I PND, as metas nacionais com respeito à Amazônia eram: integração (física, econômica e cultural), ocupação humana e desenvolvimento econômico”. Neste período, no Acre houve um grande estímulo para investidores do Centro Sul do país, com o objetivo de modernização e mudança da economia acreana.

O expressivo contingente de migrantes vindos de outras regiões, o novo padrão linear na forma de ocupação e a criação e expansão de novos centros urbanos, transformaram as relações desenvolvidas neste território e a sua importância perante as outras regiões do território nacional.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento continuou enfatizando a questão da integração nacional tendo como principal meta a expansão dos fatores e das mercadorias entre as regiões e com ênfase também na colonização agrícola.

Silva (2003) nos diz que o processo de colonização no Acre neste período era de responsabilidade da COLONACRE¹⁰, tendo como principal objetivo:

[...] proporcionar o acesso a terra e a sua apropriação privada criando condições para um aproveitamento econômico, mas sob a ótica da reprodução capitalista. Assim, nas circunstâncias em que foi implantada esta colonização, no Acre, atingiram-se apenas parcialmente alguns fins sociais, pois a prioridade não era o social, mas o capital. (SILVA, 2003, p. 129).

O Programa Polamazônia foi pensado e centrado nos denominados pólos de crescimento, que seriam pontos estratégicos e bem delimitados para determinadas atividades econômicas como, a exploração mineral, a criação e fixação de indústrias, para criação da pecuária entre outras, tudo isso na tentativa de zonear as chamadas áreas prioritárias para serem exploradas.

Para Mahar (1978, p.44) “[...] o POLAMAZÔNIA é um programa de desenvolvimento de infra-estrutura destinado a criar um clima de investimento mais favorável para a iniciativa privada”.

Na análise de Kohlhepp (2002), o conceito de pólos de crescimento foi mal interpretado, pois as ações desse programa ocasionaram uma “concentração descentralizada” de desenvolvimento, o que só serviu para aumentar as disparidades do desenvolvimento no âmbito regional. Esses grandes projetos foram os principais responsáveis pela atual configuração territorial da Amazônia, principalmente até meados da década de 1980. Tendo em vista que, a partir desta década outros aspectos e interesses econômicos e políticos vão delinear as novas formas de intervenção na região.

O problema da Sustentabilidade associado à pretensa preocupação com a dimensão ambiental nos trás novos agentes e organizações (*ONG, s e Grupos Estrangeiros de Cooperação, Agências Financiadoras entre Outros*), no processo de produção e transformação do espaço dessa região.

¹⁰ Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre.

De acordo com Serra & Fernández (2004) somente a partir da década de 1990 os modelos de planejamento para a região amazônica mudam:

Os consideráveis impactos negativos causados nas populações e no meio ambiente, aliados a vários eventos importantes ocorridos na Amazônia, geraram pesadas críticas no Brasil e no exterior e, conseqüentemente, ajudaram a tornar a região alvo de publicidade internacional (SERRA & FERNÁNDEZ, p117, 2004).

Desde a década de 1970, a região amazônica vem sendo transformada através de projetos como o *Pólo Amazônia, Avança Brasil, Brasil em Ação*, entre outros. Estes programas foram criados com objetivo de desenvolver esta região no intuito de integrá-la as demais regiões do país. Todos estes projetos trouxeram várias mudanças a esta região, e muitas delas negativas.

Diante dessas novas perspectivas, olhares e valores que são criados e analisados diferentes instrumentos e políticas para o planejamento do território nacional. Nesse sentido, o governo federal vem tentando instituir de forma ainda muito conceitual um **Plano Nacional de Ordenamento Territorial** (PNOT), com o propósito de criar novos mecanismos de intervenção e de desenvolvimento.

De acordo com Moraes (2005, p.44):

Nas últimas décadas, avançou o processo de democratização do Brasil, trazendo para o planejamento estatal os temas de descentralização, da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento. Eles adentraram num quadro político-administrativo de grande setorização das políticas públicas e numa conjuntura de prolongada crise econômica, que acentuou o grave índice de exclusão social do país. Uma questão federativa não solucionada e a aceleração da globalização contemplam o horizonte no qual deve atuar o empenho planejador nacional contemporâneo. (MORAES, 2005, p.44).

Nesse aspecto, o processo de elaboração por parte de alguns Estados da Amazônia do **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)**, **Ordenamento Territorial Local (OTL)**, dentre outras ferramentas de ordenamento do espaço, estão colaborando com as novas visões de planejamento na atualidade. É claro que de uma forma ainda bastante incipiente, pois a formulação dessas metodologias e políticas ainda precisam ser calibradas e melhor associadas a uma dimensão social, política e econômica.

Um elemento importante de ser explicitado nesse momento são os novos “agentes” e interesses existentes nessas novas dinâmicas e planejamentos em uma esfera regional. Nos documentos do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (**PNOT**) é ressaltada a retomada

por parte do governo em ter o território como quadro ativo de integração em suas estruturas produtivas, social e ambiental.

Por esta razão, na atualidade um grande desafio é tentar fortalecer a participação social nas discussões e decisões que direcionam as políticas e os projetos de desenvolvimento, criando desse modo, outros canais de comunicação com a administração pública (*conselhos, associações, etc.*) participando assim, na promoção de um projeto de desenvolvimento regional diferenciado por uma nova forma de atuação governamental da região.

Ao realizarmos esta historiografia das principais políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, podemos entender a atual configuração territorial desta região e as diferentes particularidades que se desenvolveram nesse espaço por conta de tais planejamentos. Na atualidade, esses modelos de planejamento vêm sendo substituído por estratégias locais, descentralizadas, onde novas iniciativas de planejamento se associam a expectativas e intencionalidades de cada localidade.

- CAPÍTULO 03 -
PÓLOS AGROFLORESTAIS: UMA ESCALA PARA PENSAR O PLANEJAMENTO
TERRITORIAL RURAL

Para a análise geográfica, torna-se de fundamental importância a consideração da existência de diferentes escalas de poder e gestão, para a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes existentes e atuantes sobre o espaço. (RAMBO e RUCKERT, 2008, p.06)

Na parte inicial deste capítulo resolvemos apontar e esclarecer alguns questionamentos que surgiram durante o processo de análise e elaboração desta pesquisa. O *primeiro* diz respeito ao recorte espaço/temporal adotado neste trabalho. Qual a importância em analisar o desenvolvimento de uma política pública de assentamento rural familiar que tem como principal objetivo instituir uma política produtiva de hortifrutigranjeiros? Um *segundo* questionamento é pautado na própria definição dessa política pública diante da análise de seus propósitos e resultados; a política dos pólos é uma política compensatória ou podemos caracterizá-la como sendo política de desenvolvimento territorial?

Durante nossas discussões tentaremos esclarecer esses questionamentos alicerçados por dados obtidos a partir de nossas pesquisas e levantamentos de campo e de reflexões teóricas do que vem a ser um sistema territorial numa acepção geográfica.

3.1 Sistema Territorial: uma concepção geográfica no processo de “construção” de políticas territoriais

Nos estudos desenvolvidos pela ciência geográfica a noção de escala é de fundamental importância, principalmente para a confiabilidade e representatividade das análises e reflexões que se pretende realizar a cerca de uma determinada problemática. De acordo com Castro (1995) a noção de escala na análise geográfica é importante para a compreensão da essência de algumas questões com as quais se defrontam, principalmente, os estudiosos da organização espacial.

[...] quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões. Esta é, afinal, uma problemática geográfica essencial. (CASTRO, 1995, p.137).

Para Santos (1978, p176), o acontecer sobre o espaço não é homogêneo e seu entendimento perpassa o uso das escalas. Ele entende a escala como uma fração do espaço dentro do espaço total, entendendo que o “...acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total.”

Diante da complexidade que se estabelece na modernidade, com a revolução das técnicas e dos meios de informação, cada vez mais os lugares, por menores que sejam, passam a ser sujeitos e objetos de uma lógica global. Todas as políticas desenvolvidas nos “lugares”, carregam consigo a complexidade do mundo moderno e, por sua vez, a forma de espacialização dessas políticas revelam as diversas construções sociais que podem surgir nas diferentes regiões e territórios que recebem estas políticas.

Como a complexidade do real nos coloca cada vez mais diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica, problematizar o espaço geográfico implica considerar estes paradoxos. Na realidade, a identidade sócio espacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para a investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional (CASTRO, 2002)

Por este motivo, entendemos que a análise do desenvolvimento da política de assentamento rural familiar dos Pólos Agroflorestais nos permitirá realizarmos uma relevante reflexão a respeito do cenário produtivo e socioeconômico do município de Rio Branco. Principalmente, pelo fato dos Pólos Agroflorestais desenvolverem fortes interfaces com o espaço urbano deste município.

Os Pólos Agroflorestais foram criados e implantados diante de um diferente modelo de ocupação espacial, que de certo modo descentralizou a atuação e o modelo tradicional do INCRA de colonização. Os pólos surgem como uma política municipal que atendia a uma necessidade social da época. Estudar e avaliar essa política nos leva a refletir o grau de sua importância e as perspectivas de sua ampliação nos demais municípios do Estado do Acre. Sales, Magalhães e Vidal (2009, p.05) nos dizem que a gestão municipal:

[...] entende que os pólos agroflorestais se constituem numa experiência inovadora em termos de modelo de reforma agrária municipal, tendo em vista que estão bem situados em relação ao mercado consumidor, dispõem de infra-estrutura de comunicação, energia e não possuem dispersão espacial em relação ao acesso a outros instrumentos que possam lhe conferir viabilidade econômica. (SALES, MAGALHAES e VIDAL, 2009, p.05).

O processo de descentralização de uma política de assentamento rural para uma esfera municipal pode ser uma iniciativa mais viável e propensa a obter melhores resultados por criar novas dinâmicas de atuação no território. Para compreender a dinâmica territorial dos pólos, não se pode isolá-los das demais escalas de análise, pois o isolamento de um recorte empobrece e obscurece as relações sociais que os mesmos estabelecem no seu entorno. Portanto, segundo Rambo e Ruckert (2008), é necessário considerar uma série de combinações de fatores.

A dinâmica do desenvolvimento de escala local se dá pela combinação de fatores em escalas variadas, não havendo um poder econômico estruturalmente local, privado ou público, mais dimensões locais de um poder que se constrói na hierarquia complexa dos tomadores de decisões. (RAMBO e RUCKERT, 2008, p.06)

Na acepção de Raffestin (1993, p.153):

Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. (RAFFESTIN, 1993, p. 153)

Nesse sentido, começamos a discutir aspectos de um sistema territorial. Raffestin (1993, p.150) nos diz ainda que:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser aprendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social ou cultural. (RAFFESTIN, 1993, p.150)

Todos esses sistemas territoriais nada mais são do que ações relacionais, que por sua vez, diferenciam e ordenam os espaços, os processos sociais, políticos e produtivos em um determinado território. Tais ações são desenvolvidas por “agentes” que exercem alguma relação de poder¹¹.

Segundo Moraes (2003, p.137) “o conhecimento da realidade local mostra a importância das micro-escalas de organização, como a dimensão micro do social, da economia, do ambiente e da cultura dos territórios”.

¹¹ Na discussão de Rambo e Ruckert, 2008, O entendimento que se tem de poder é: “[...] a capacidade dos atores de agir, realizar ações e produzir efeitos, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores pertencentes a este”.

No que diz respeito à micro-escalas dos Pólos, a representatividade desses projetos de assentamentos se constituem inicialmente pela sua espacialização no município de Rio Branco, dividindo e transformando as formas de uso da terra, os modos de vida (*com aspectos rural e/ou urbano*), os sistemas produtivos e principalmente, por criar novas relações políticas no território.

3.2 O Processo de ocupação do município de Rio Branco e a formação de seus “espaços”: Das colônias agrícolas a política dos Pólos Agroflorestais

De acordo com Egler (1989) as primeiras penetrações nos altos vales do Rio Purus e Juruá datam de 1866, sendo que foram iniciativas essencialmente geográficas com sentido mercantil tendo em vista o comércio das drogas do sertão.

É neste contexto de migrações para exploração das riquezas desta região que Silva (2007), nos diz que se inicia um pequeno processo de produção de mercadorias nesta região, mediado pela presença dos regatões.

Principiava-se então, a participação efetiva da produção de mercadorias amazônicas que saíam do interior, para o exterior da região. Destacavam-se os produtos extrativistas da floresta, coletados pela população local que iam se adaptando a produção e vendendo (quase era em sistema de troca-o-escambo) aos comerciantes que percorriam os rios. Era o princípio da ação dos regatões, em busca das “drogas do sertão” (SILVA, 2007, p 53).

Na acepção de Silva (2007) a economia da borracha foi à principal responsável pela ocupação e até mesmo pela conquista do território acreano. Embasado por uma estrutura produtiva baseada no seringal (*empresa extrativista*), capital financiador, latifúndio e exploração de mão-de-obra.

[...] “os seringais e as colocações constituíram, respectivamente, as primeiras formas de posse e de uso da terra, sendo o seringal também a primeira forma de domínio do solo. Este binômio seringal/colocações, foi até a década de 1960, praticamente, a base da organização do espaço no atual Estado, considerando que quase todos os núcleos urbanos, exceto Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, tinham pouca expressão”. (NEVES apud IBGE, 1989, p.89).

Mesquita (1989, p.163) nessa discussão ressalta que:

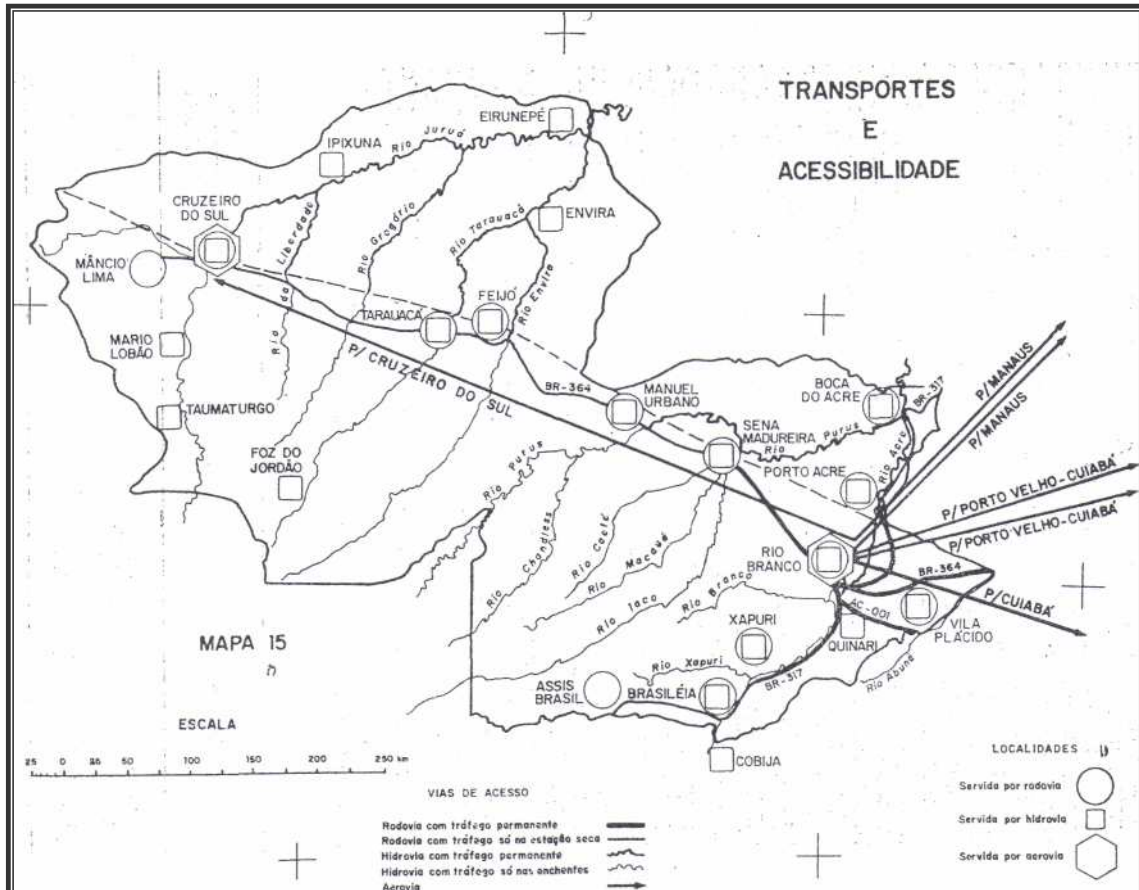
O processo de evolução do efetivo populacional dos núcleos urbanos que compõem o Acre e municípios vizinhos traduz as características de uma ocupação espacial, em região de economia colonial, que se estruturou com base em coletas de produtos florestais. (MESQUITA, 1989, p.163).

Nesse período, a situação do município de Rio Branco diferente do restante dos núcleos urbanos do território acreano. No aspecto populacional, os dados do censo do *IBGE*, de 1940 e 1950 nos demonstram que o contingente populacional residente no núcleo urbano de Rio Branco cresce de forma acelerada.

De acordo com Mesquita (1989, p.165) “A expansão urbana foi de tal monta que o censo de 1950 acusou um aumento de **89,5 %** passando a cidade de **4.945**, em 1940, para **9.371** habitantes em 1950”. O município de Rio Branco, desde a década de 1920, foi instituído como capital do Território Federal do Acre, conseqüentemente por este motivo, sempre obteve um processo de desenvolvimento socioespacial diferenciado. Neste aspecto, Mesquita (1989, p.165) nos diz que:

Na década de 1930, Rio Branco já possuía luz elétrica, escolas primárias, hotel, hospital, agência postal e serviço de telégrafo. [...] foi, desde o início, um centro comprador da produção de borracha e de outros produtos de coleta florestal, e distribuidor de bens, nele se situando casas aviadoras pertencentes a grandes seringalistas do rio Acre, vinculadas às firmas exportadoras importantes sediadas em Belém. (MESQUITA, 1989, p. 165)

Mapa 02 – Mapa representativo das vias de transporte e acessibilidade no território acreano 1989.

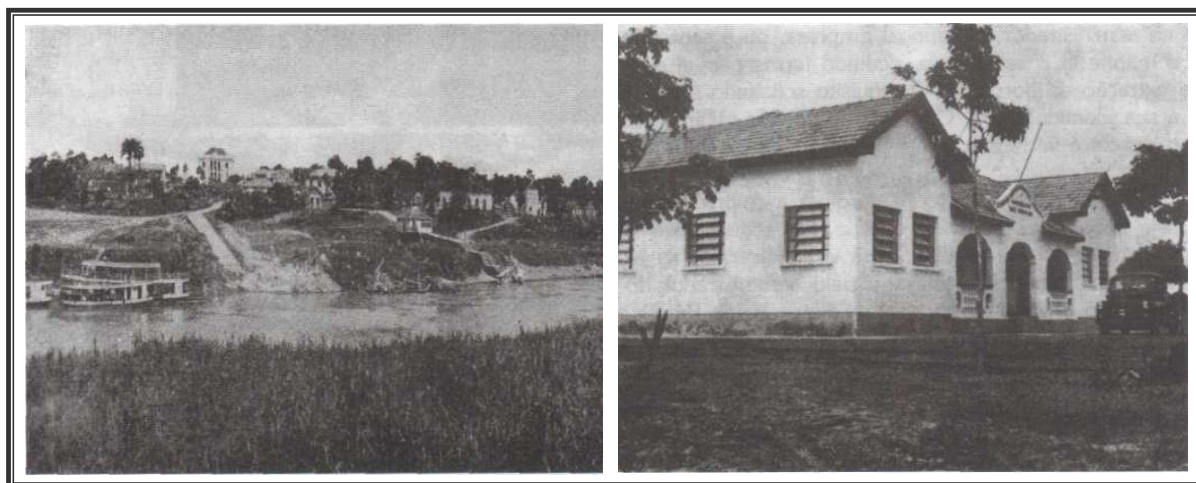


Fonte: VALVERDE, 1989.

Mesquita (1989, p. 165) enfatiza ainda que:

Nessa época, Rio Branco expandiu-se, não só como centro de comercialização da borracha e distribuidor de bens, mas ainda como expressivo centro cultural, dadas as diretrizes do governo federal, que determinavam que fosse ele mais equipado, para atender à demanda da população que imigrava para o Território. (MESQUITA, 1989, p.165)

Foto 01 e 02: processo de expansão urbana do município de Rio Branco no período das colônias agrícolas municipais.



Fonte: GUERRA, 2004. Foto: Tibor Jablonsky. C.N. G/1955.

No final de década de 1940, se intensificam diversos programas e políticas de colonização. Segundo Guerra (2004), no processo de evolução da cidade de Rio Branco podemos distinguir três fases:

- **Primeira Fase:** Fundação do Seringal Empresa e da vila de Volta da Empresa em 1909, período de criação da Vila Penápolis.
- **Segunda Fase:** Processo de evolução urbana da cidade de Rio Branco, quando se inicia ainda na Vila Penápolis a ocupação e o desenvolvimento na margem esquerda do rio, ainda em 1930.
- **Terceira Fase:** Evolução de forma gradual da cidade a partir de um plano urbano, pré-estabelecido. Período em que ocorreu o que o autor chama de doações de “terras urbanas”, originado a partir de um caso singular de colonização, na década de 1950.

Foi nesse período que se criaram as colônias agrícolas municipais de Rio Branco. Uma política pública voltada para o processo de desenvolvimento e organização do espaço do município de Rio Branco.

3.2.1 As Colônias agrícolas

No território acreano, desde o início da década de 1940, as políticas desenvolvidas pelo governo tinham uma nova iniciativa: **colonizar a região**. Para tanto, foram criadas algumas colônias agrícolas que tinham por objetivo um planejamento sistemático direcionado a ocupação efetiva do território acreano. Em Rio Branco, o que se pretendia com a criação das chamadas “colônias agrícolas” era criar oportunidades para um processo efetivo de ocupação e instituir uma política produtiva destinada à produção agrícola, visando abastecer o mercado local.

No entendimento de Guerra (2004, p.174), desenvolver nesse momento, atividades agropastoris era um importante mecanismo no processo de substituição da economia da época, que se baseava exclusivamente na coleta de determinados produtos. Foram com esse propósito que foram implantadas as primeiras colônias de produção agrícola.

O município de Rio Branco, é como já dissemos, a única região onde encontramos o começo de uma colonização organizada. As primeiras colônias foram fundadas logo após a criação do território, pois, em 1908 foi fundada a colônia Gabino Besouro, em 1912, Diocleciano de Sousa e em 1913, Cunha Vasconcelos. Estas três colônias municipais não receberam nenhuma orientação técnica e para aí apenas foram encaminhados lavradores que recebem pomposamente o título de “colonos”. (GUERRA, 2004, p.175)

Somente no ano de 1942, o então governador, Oscar Passos decidiu colonizar a região circunvizinha da cidade de Rio Branco.

A partir de 1942 o governador Oscar Passos tomou a primeira iniciativa para a realização efetiva do plano de colonizar a região dos arredores de Rio Branco, comprando as terras do Seringal Empresa, e incumbindo o agrônomo Pimentel Gomes de organizar o plano dessa colonização. (GUERRA, 2004. p.181).

Durante o processo de desenvolvimento das atividades produtivas e das relações socioeconômicas e de vivência das colônias, existiram algumas situações de conflitos e serem mitigadas. Para Garrido Filha (1989, p.201) devido à situação fundiária acreana, onde se predomina o latifúndio:

[...] a ocupação agrícola em pequenas e médias unidades torna-se difícil; e, quando existe, é em função dele. No Acre, há colônias antigas, localizadas próximo das cidades, para abastecê-las, cumprindo assim o seu objetivo. São formadas, porém de lotes tão pequenos que não permitem a reprodução ampliada, considerando-se o sistema agrícola adotado - a roça. (GARRIDO FILHA, 1989, p.201).

Outro problema enfrentado pelos colonos diz respeito a alguns problemas de demarcação e disposição dos caminhos de acesso aos lotes. Diante dessa situação Silva *apud*. Guerra (2004. p.185) nos diz que:

[...] “Toda a área do núcleo colonial Seringal Empresa obedece, nas suas extremas, as conformações das estradas de seringueiras como limites, do que resultam constantes conflitos entre os posseiros de lotes florestais e os seringalistas limítrofes”. [...] Por outro lado, acresce a circunstância de as zonas agrícolas e urbanas também não serem demarcadas, com loteamento condigno, resultando que na zona agrícola se agravam ano a ano as situações do limites de cada lote. (GUERRA, 2004, p.185).

Todos esses problemas e situações aqui apresentadas nos demonstram o quão importante foi esta política de colonização para o processo de crescimento e desenvolvimento urbano do município de Rio Branco. Tais colônias agrícolas assumiram um papel decisivo no processo de organização e produção desse espaço, o que proporcionou a criação e a estruturação de novas políticas produtivas, dinâmicas populacionais e porque não explicitarmos também novos costumes e “modos de vida”.

Desse modo, o que podemos apreender e ressaltar são os resultados dessa política de planejamento destinada ao território acreano, no processo de desenvolvimento econômico, social, político e de infra-estrutura territorial. Sendo assim, podemos então definir as colônias agrícolas como a primeira iniciativa de política de planejamento rural de Rio Branco, com grande expressividade e influencia no desenvolvimento do espaço urbano.

3.2.2 A Política dos Pólos Agroflorestais

No ano de 1993, com o objetivo de criar novas alternativas que promovessem algum processo de desenvolvimento econômico e social para o espaço rural do município de Rio Branco, a Prefeitura Municipal criou os **Pólos Agroflorestais**. Durante todo o processo de implantação dos pólos foram associados diversos discursos e intencionalidades a esta política pública de assentamento rural familiar.

No discurso da equipe governista, os Pólos Agroflorestais seriam uma política pública de assentamento familiar, voltada principalmente para as pessoas que já viveram da terra, mas que de lá foram expropriadas em função das novas formas de produção do espaço acreano desenvolvido após década 1970.

Figura 03 - Cartilha da política e Slides de apresentações elaborados pela Prefeitura de Rio Branco



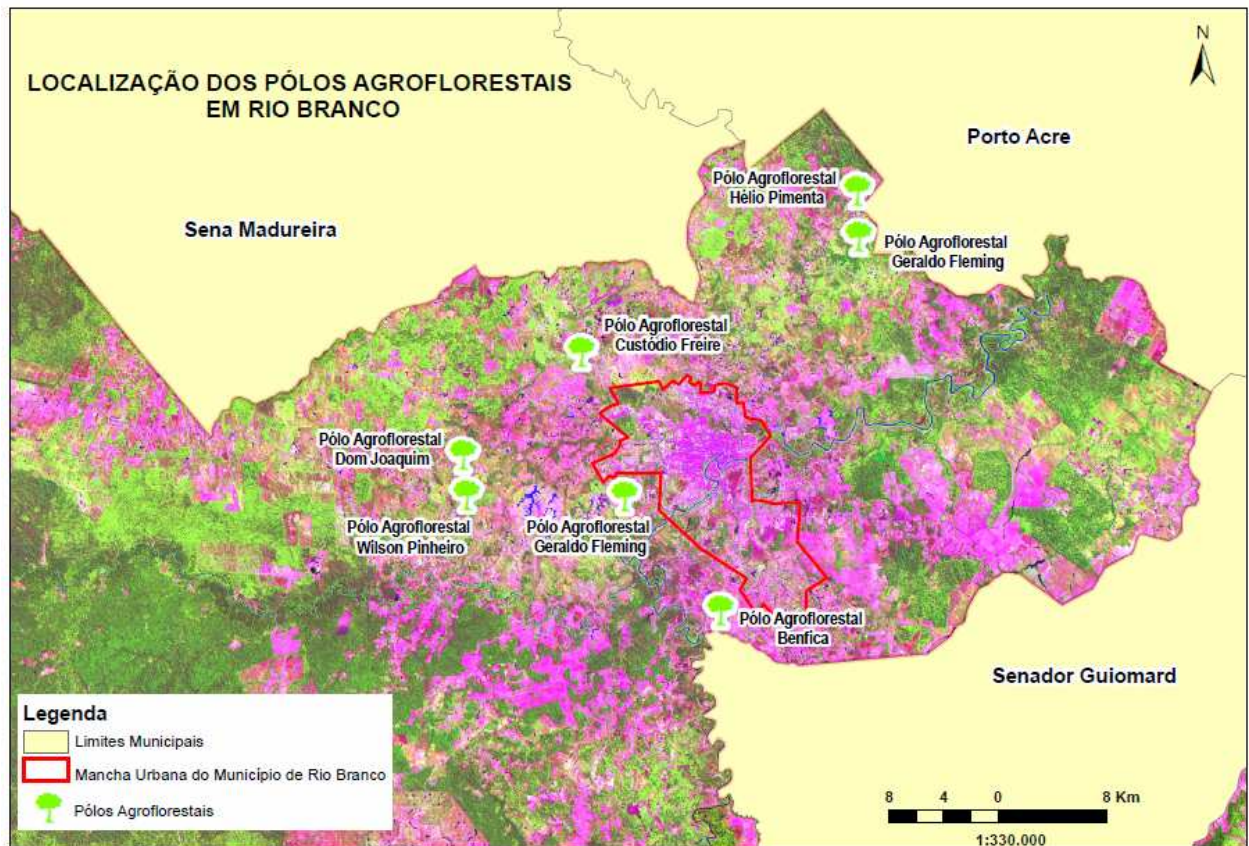
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta – SAFRA, 2009.

O principal objetivo do governo municipal era fazer com que os produtores assentados nos Pólos pudessem sair da periferia da cidade e ao retornarem ao campo, tivessem condições de gerar seu próprio sustento e a oportunidade de comercializar o excedente da sua produção, garantindo assim, a compra dos demais produtos necessários para a sua sobrevivência.

Na acepção do governo, os Pólos Agroflorestais “são um modelo alternativo de reforma agrária”, assim “[...], a proposta dos Pólos Agroflorestais [...], tem tudo para se constituir numa alternativa viável de Reforma Agrária para a Amazônia” (ACRE, s.d., p. 3).

No município de Rio Branco, os Pólos Agroflorestais deveriam estar localizados nos chamados “cinturões verdes” do município, em áreas de transição entre o espaço urbano e o rural. Um espaço de delimitação complexa e muitas vezes desprovida de investimentos e ações governamentais. Para adquirir a terra para a criação do pólo, foram desapropriadas varias áreas localizadas em locais de fácil acessibilidade, próximo aos centros urbanos o que facilitaria o escoamento da produção.

Mapa 03 - Localização dos Pólos Agroflorestais no município de Rio Branco



Fonte: Elaborado por: Cláudio Roberto da Silva Cavalcante, 2009.

De acordo com Oliveira (2005, p.02) os Pólos Agroflorestais seriam uma alternativa que visava solucionar tanto os conflitos pela posse da terra como os problemas ocasionados pelo rápido crescimento da cidade de Rio Branco, associando recursos oferecidos pelo homem (*mão de obra excedente*) e pelo meio ambiente aliados aos interesses governamentais em um curto espaço de tempo.

Os pólos de produção agroflorestal englobam uma gama de fatores referentes aos aspectos: organizacional, financeiro, tecnológico, produtivo e mercadológico. Estes aspectos, quando relacionados de forma planejada, constituem uma nova alternativa de desenvolvimento sustentável [...]. (ACRE, 1999, p.3).

No período de criação da política dos Pólos Agroflorestais o processo de migração em direção ao município de Rio Branco era intenso, o que provocou o inchaço da cidade e, conseqüentemente, certas mudanças no seu espaço rural e urbano além de alguns problemas de ordem social.

Tabela 01 - População residente por situação do domicílio no município de Rio Branco

Ano	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
1970	83.977	35.628	48.349
1980	117.101	87.577	29.524
1991	197.376	168.679	28.697
2000	253.059	226.298	26.761

Fonte: IBGE, Censos demográficos.

Estas mudanças ocasionaram forçadamente a saída de uma grande massa populacional da zona rural para os centros urbanos do Estado, principalmente para Rio Branco. No projeto dos Pólos Agroflorestais a proposta inicial era a produção agrícola baseada em sistemas agroflorestais (*consórcio de culturas anuais e perenes, criação de pequenos animais e etc.*) como forma de viabilizar a subsistência e a comercialização do excedente da produção. Este projeto de assentamento implantou uma distribuição de terra baseado em pequenos lotes, que variam de 03 a 07 ha. Existe outro aspecto que merece destaque que é a recuperação de áreas degradadas.

Esse último aspecto dessa política faz com que a mesma possa ser relacionada com o paradigma de desenvolvimento formulado na década de 1990, onde tais políticas de desenvolvimento associam-se com iniciativas sustentáveis, com o objetivo de promover um crescimento econômico participativo aliado a preservação do meio ambiente. Outro aspecto relevante é fato dos Pólos serem uma política formulada pelo poder público municipal, tendo em vista que:

No Brasil, a crise fiscal do Estado e os processos de descentralização, desde o início da década de noventa, impulsionaram uma tendência de valorização das políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano, formuladas e implementadas por governos locais. (MORAES, 2003, p.123)

Durante a implantação da política dos pólos, alguns processos socioeconômicos se transformam, de modo que essa política direcionada para o espaço rural do município de Rio Branco acabou por assumir características voltas para a produção de subsistência onde o pequeno produtor e sua família são os principais atores. Os principais resultados dessa política serão discutidos e analisados na seção seguinte, refletiremos os aspectos: econômicos, sociais, produtivos e ambientais, confrontando-os de forma teórica com alguns elementos que constituem um sistema territorial numa acepção geográfica.

3.3 Resultados alcançados com o desenvolvimento da política dos Pólos Agroflorestais no espaço rural do município de Rio Branco

Diante de tudo que já foi exposto associamos a nossa intenção de análise a algumas proposições e reflexões que tentam identificar aspectos políticos e espaciais que ordenem novos processos de ocupação e produção do espaço rural desse município. Santoro, Costa e Pinheiro (2004, p.07), quando discutem as transformações que ocorreram nas funções do território rural, nos dizem que:

[...] a dinâmica de ocupação do território é exemplo de como as funções dos territórios vão se alterando, estejam delimitadas como áreas rurais ou urbanas. Exemplo disso é a crescente conversão das terras rurais em urbanas, geralmente mediante uma lógica que não promove a inclusão social e a sustentabilidade do ambiente. (SANTORO, COSTA e PINHEIRO, 2004, p.07).

Essa interface existente entre as relações desenvolvidas nos espaços rural e urbano, é um importante aspecto a ser analisado, tendo em vista que esta interação faz com que os atores locais (*produtores dos pólos agroflorestais*), desenvolvam novas capacidades e atuações nesses espaços, criando novas relações políticas e econômicas. No caso dos Pólos Agroflorestais, essa ligação se dá não somente por uma questão espacial, mas, principalmente pela política produtiva inserida nesses projetos de assentamentos.

Devido à proximidade com o centro urbano existe uma maior facilidade para os assentados desenvolverem fora dos pólos algumas atividades acessórias para complementar a renda familiar; em outros casos, devido a um processo “desordenado” de ocupação há uma inserção das áreas dos pólos ao espaço urbano. Um exemplo é o pólo Geraldo Mesquita que assumiu características e serviços de um bairro.

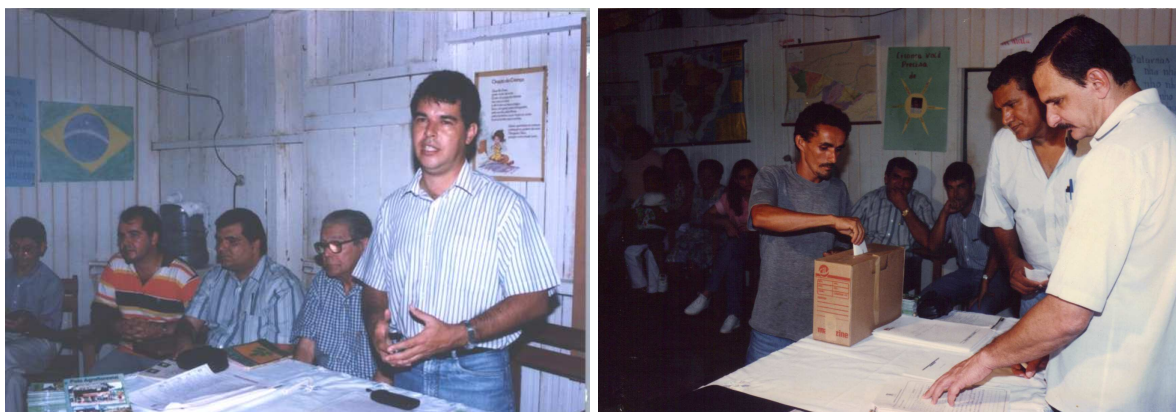
Sabendo que os pólos têm por objetivo oportunizar o desenvolvimento de uma produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento do mercado local. Podemos então, afirmar que esta política já nasce com uma forte ligação com o espaço urbano do município de Rio Branco. É importante ressaltarmos, que desde a sua formação como núcleo urbano Rio Branco nunca desenvolveu um política sistemática de produção agrícola.

Um dos discursos desta política dos pólos é a formulação de uma política participativa, que tinha como propósito melhorar a qualidade de vida das pessoas beneficiadas por esta política.

[...] A concepção de participação no entendimento da equipe técnica do projeto não se restringe a um simples processo de consultas aos produtores nem passa pelos mecanismos de captação e “convencimento” para legitimar

as ações do poder público. “Participar”, significa fundamentalmente, “se fazer tomar em consideração”, resgatar a importância social dos trabalhadores na construção da sociedade e descobrir e organizar seus interesses mais profundos. (ACRE, 1999, p.11).

Foto 03 e 04: Primeira Reunião no Pólo Agroflorestal Geraldo Mesquita e eleição da Associação



Fonte: Acervo fotográfico da Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - SAFRA

Na foto acima, podemos observar que na primeira reunião de implantação do pólos Geraldo Mesquita, houve a votação para instituir naquele momento uma associação dos assentados dos pólos para promover um processo de aproximação organização dos agentes locais (*assentados*).

Esse é um processo que se oportuniza no momento em que a inserção de políticas e de projetos se aproximam e contemplam os anseios e necessidades da população assentada. De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - **SAFRA**, todas as políticas e intervenções públicas direcionadas aos pólos agroflorestais são de pleno conhecimento e principalmente, propositivas a partir de uma interatividade das relações e no diálogo das instituições com os assentados.

Contudo, após tecermos algumas análises e reflexões a respeito do desenvolvimento da política dos pólos agroflorestais, podemos perceber a existência de novas dinâmicas e práticas desenvolvimento de algumas relações socioespaciais desenhadas no atual espaço rural do município de Rio Branco; a partir de uma nova iniciativa de desenvolvimento que pode não ser ainda a ideal, entretanto agrega alguns aspectos que a diferencia das demais.

3.3.1 Análise dos cruzamentos dos dados obtidos durante a pesquisa: Pólos Agroflorestais: Dimensões avaliativas de uma política de “reforma e desenvolvimento agrário” no estado do Acre

Nesta seção descreveremos os procedimentos e metodologias utilizadas na elaboração dessa pesquisa que deram origem a esta dissertação. Durante os anos de 2005 a 2008 o Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Agrário e Produção do Espaço - **GEDAPE** desenvolveu pesquisas regulares em todos os Pólos Agroflorestais do município de Rio Branco, Bujari, Brasília, Xapuri, Porto Acre e Epitaciolândia. Desse modo, só faltou abranger os pólos localizados na região do Juruá.

Os pólos localizados no município de Rio Branco foram os primeiros a serem pesquisados. Nessas visitas, inicialmente buscava-se conversar e manter contato com as lideranças políticas e moradores mais antigos.

Em outra oportunidade, a equipe de pesquisadores formada por: professores, alunos de iniciação científica e alunos de mestrado, aplicaram lote a lote o questionário de levantamento socioeconômico e ambiental. É importante ressaltar que esses levantamentos alcançaram quase a totalidade dos assentados, ficando de fora apenas os que não residiam nos lotes ou que trabalhavam fora do pólo.

Para elaborarmos os questionários discutimos e seguimos algumas reflexões e apreensões a respeito de alguns aspectos de sustentabilidade explicitados por Sachs (2002)¹². O questionário foi o principal instrumento utilizado na coleta de informações junto à população assentada. Além do questionário, cada entrevistador preencheu também um relatório de observação referente à organização e paisagem do lote.

Outra importante fonte de informação foi encontrada junto a Secretaria Municipal de Produção e Floresta-SAFRA. É importante expor a ajuda e o auxílio disponibilizado por esta Secretaria para o desenvolvimento de nossas pesquisas.

Depois da coleta das informações em campo todos dados foram conferidos e tabulados para planilhas do Excel, o que possibilitou a “construção” de um banco de dados referente a pesquisas sobre todos os pólos agroflorestais pesquisados do Estado.

Esse banco de dados é composto também por: fotografias, mapas de localização dos pólos (representação dos lotes), relatórios de iniciação científica e artigos científicos publicados em eventos.

¹² SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

3.3.2 Realidade atual dos Pólos Agroflorestais

Um dos primeiros aspectos que devemos analisar diante da qualificação do banco de dados dos Pólos Agroflorestais é com relação à abrangência dessa política de assentamento rural familiar. De acordo com os levantamentos do GEDAPE, apresentados na **tabela 02**, 240 famílias residem nos pólos.

Esses dados representam apenas as famílias que foram entrevistadas durante o período de realização da pesquisa o universo de abrangência dessa política é maior se consideramos os moradores que já se desfizeram dos seus lotes. Diante do número de lotes, observa-se ainda na **tabela 02**, que os pólos Geraldo Fleming e Geraldo Mesquita são os que possuem uma maior quantidade de número de lotes, seguidos pelo pólo Wilson Pinheiro com 21 lotes e Hélio Pimenta com 19 lotes.

Tabela 02 - Número de famílias assentadas por Pólo Agroflorestal

Pólo Agroflorestal	Número de Lotes	Número de Famílias
Benfica	30	34
Custódio Freire	15	17
Dom Joaquim	13	13
Geraldo Fleming	38	45
Geraldo Mesquita	44	56
Hélio Pimenta	30	41
Wilson Pinheiro	30	34
TOTAL	200	240

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Tabela 03 - Quantidade de agregados por pólos

Pólo Agroflorestal	Número de Agregados
Benfica	04
Custódio Freire	02
Dom Joaquim	-
Geraldo Fleming	-
Geraldo Mesquita	10
Hélio Pimenta	10
Wilson Pinheiro	05
TOTAL	31

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Em nossa realidade, os agregados tratados na **tabela 03**, representam os familiares dos assentados que vão para os lotes e acabam por dividir com a família assentada a ocupação da área. Os pólos que mais possuem agregados são: Hélio Pimenta e Geraldo Mesquita com 10 agregados cada. Um fato interessante é que pela dimensão espacial detida pelo pólo Benfica, o mesmo apresenta apenas 04 agregados. Tanto o Hélio Pimenta quanto o Geraldo Mesquita apresentam algumas especialidades, ambos os Pólos possuem em certos lotes a função de chácaras de fim de semana, e no caso do Geraldo Mesquita, o mesmo esta se transformando em um bairro, grande parte dos lotes já foram vendidos e divididos em lotes menores.

Tabela 04 - Quantidade de assentados por sexo

Pólo Agroflorestal	Masculino	%	Feminino	%	Total
Benfica	93	55,69	74	44,31	167
Custódio Freire	42	56,00	33	44,00	75
Dom Joaquim	37	56,06	29	43,94	66
Geraldo Fleming	115	48,12	124	51,88	239
Geraldo Mesquita	140	52,24	128	47,76	268
Hélio Pimenta	108	52,43	98	47,57	206
Wilson Pinheiro	107	59,12	74	40,88	181
TOTAL	642	53,41	560	46,59	1202*

* Total com os agregados.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Podemos observar na tabela acima, que no total dos pólos, a população masculina é mais representativa, representando 53,41% da população total. Entretanto, no assentamento Geraldo Fleming, a população feminina representa a maior parte da população com 51,88% da população. É importante destacarmos a atuação e organização das mulheres do Pólo Benfica, no desenvolvimento de atividades comunitárias e produtivas.

Tabela 05 - Tabela Quantidade de assentados por faixa etária

Pólo Agroflorestal	0 a 10	11 a 18	19 a 30	31 a 45	> de 45	Total
Benfica	28	36	34	29	33	160
Custódio Freire	12	17	18	12	17	76
Dom Joaquim	13	16	19	05	11	64
Geraldo Fleming	56	43	47	47	32	225
Geraldo Mesquita	44	65	54	50	47	260
Hélio Pimenta	35	39	58	33	40	205
Wilson Pinheiro	53	38	40	41	19	191
TOTAL	241	254	270	217	199	1181

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

No que concerne à faixa etária da população, o que podemos observar é que grande parte dos beneficiados pela política dos pólos agroflorestais estão na faixa dos 19 a 30 anos. No entanto, na faixa de 0 a 18 anos existe uma população jovem significativa de 254 pessoas que nos sugere a possibilidade de permanência com as atividades nos lotes. Se observarmos o pólo Dom Joaquim, perceberemos esta realidade, uma vez que a maioria de sua população encontra-se na faixa de 0 a 30 anos, representando uma população jovem. O pólo Geraldo Mesquita apresenta a maior quantidade de pessoas, seguido pelo pólo Geraldo Fleming e Hélio Pimenta. Diante da pequena dimensão espacial do pólo Dom Joaquim, se faz necessário explicitar a relativa produção dos pólos: Geraldo Fleming e Hélio Pimenta.

Tabela 06 - Situação educacional da população estudante

Pólo Agroflorestal	Ensino Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total de Estudantes	% do total de pessoas
Benfica	03	91	45	03	142	85,03
Custódio Freire	-	44	14	03	61	81,33
Dom Joaquim	-	33	13	-	46	69,70
Geraldo Fleming	05	122	33	03	163	68,20
Geraldo Mesquita	02	141	66	03	212	79,10
Hélio Pimenta	-	111	38	03	152	73,79
Wilson Pinheiro	-	120	31	02	153	84,53
TOTAL	10	662	240	17	929	77,29

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

No tocante à educação, observa-se que em todos os pólos, mais de 50% da população é estudante, destacando-se o pólo Benfica com 85,03% e Wilson Pinheiro com 84,53%. A educação se constitui em um fator fundamental para o sucesso de qualquer projeto, uma vez que as pessoas estarão aptas para o recebimento de cursos, para administração da propriedade e seus próprios direitos enquanto cidadãos. Esse é um fato que pode ser associado com a proximidade desses assentamentos com o centro urbano. Nesse momento, essa política nos demonstra alguns resultados destoantes dos apresentados em outros projetos de assentamento rural.

De acordo com os dados da tabela abaixo, somente 7,15% dos beneficiados por esta política dos pólos agroflorestais são analfabetos. O maior índice de analfabetismo encontra-se no pólo Dom Joaquim, com 10,61 % do total de pessoas. O dado é importante, uma vez que neste pólo, como informa a tabela 05, a maioria da população está na faixa de 0 a 30 anos, representando uma população jovem, em grande parte, em idade escolar.

Tabela 07 - Números de analfabetos da população assentada nos pólos

Pólo Agroflorestal	Número de Analfabetos	% do total de pessoas
Benfica	03	1,80
Custódio Freire	06	8,00
Dom Joaquim	07	10,61
Geraldo Fleming	16	6,69
Geraldo Mesquita	22	8,21
Hélio Pimenta	19	9,22
Wilson Pinheiro	13	7,18
TOTAL	86	7,15

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

De acordo com os dados da tabela abaixo, a grande parte das famílias assentadas nos Pólos Agroflorestais sobrevivem com menos de 01 salário mínimo por mês. O fato é alarmante uma vez que deste resultado subentende-se que o aspecto produtivo das famílias, associados aos demais aspectos ligados a produção não estão sendo suficientes para gerar renda para grande parte das famílias assentadas, o que contraria o objetivo da política.

Tabela 08 - Assalariamento da família por pólo (R\$)

Pólo Agroflorestal	Menos de 01 Salário	De 01 à 03	De 04 à 05	Mais de 05
Benfica	12	18	01	02
Custódio Freire	09	08	-	-
Dom Joaquim	08	04	-	-
Geraldo Fleming	18	21	02	02
Geraldo Mesquita	21	31	02	02
Hélio Pimenta	22	17	-	06
Wilson Pinheiro	22	08	-	-
TOTAL	112	107	05	17

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Se estabelecermos 01 salário mínimo (R\$465,00) para as 112 pessoas na primeira faixa tabela e 06 salários mínimos (R\$2.790,00) para as 17 pessoas da última faixa da tabela, verificaremos que estas 17 pessoas ganham juntas aproximadamente a mesmo valor que as 112 pessoas juntas ganhariam. No pólo Hélio Pimenta, encontra-se a maioria da população que ganha mais de 05 salários mínimos. Nos pólos Custódio Freire, Dom Joaquim e Wilson pinheiro, a renda não passa de 03 salários mínimos por mês. Entretanto, em todos os casos a renda mensal das famílias está concentrada nas faixas que variam de menos de 01 a 03 salários mínimos por mês.

Tabela 09 - Números de membros da família que trabalham no pólo

Pólo Agroflorestal	Número de Famílias que trabalham no pólo	Número de Famílias que trabalham fora do pólo
Benfica	83	21
Custódio Freire	45	06
Dom Joaquim	28	07
Geraldo Fleming	106	16
Geraldo Mesquita	123	50
Hélio Pimenta	100	27
Wilson Pinheiro	105	13
TOTAL	590	140

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Em relação ao emprego, observa-se que a maioria das famílias trabalha nos pólos. No entanto, 140 famílias ainda buscam fora dos pólos a renda para sobrevivência. Neste caso destaca-se o pólo Geraldo Fleming com 50 pessoas trabalhando fora do pólo, no total de 173. A proximidade com o município de Rio Branco facilita a busca por atividades mais rentáveis na cidade.

Há a necessidade de destacarmos aquelas famílias que não desenvolvem nenhuma atividade produtiva no lote, tendo todas as suas atividades produtivas relacionadas ao centro urbano, visitando o pólo apenas nos fins de semana.

Tabela 10 - Renda de auto-consumo dos pólos

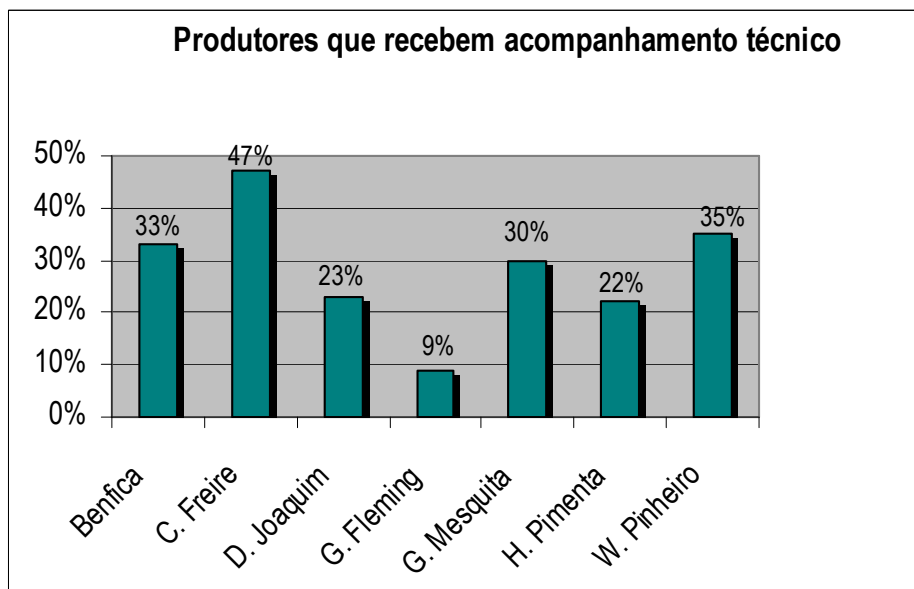
Pólo Agroflorestal	Subsistência	Comercialização	Comercialização/Subsistência
Benfica	07	09	17
Custódio Freire	02	-	13
Dom Joaquim	04	-	08
Geraldo Fleming	11	08	26
Geraldo Mesquita	09	09	24
Hélio Pimenta	07	07	21
Wilson Pinheiro	09	02	22
TOTAL	49	35	131

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Em relação à produção voltada para a subsistência, observa-se que a maioria das famílias o que produzem nos pólos servem para a sua subsistência e para a comercialização. Neste caso destaca-se o pólo Geraldo Fleming e Geraldo Mesquita com 26 produtores que desenvolvem essa atividade de subsistência.

Um importante dado a ser analisado nesse aspecto produtivo e econômico dos pólos agroflorestais diz respeito ao acompanhamento realizado por parte de técnicos no auxílio ao processo de produção.

Gráfico 01 – Acompanhamento técnico nos Pólos Agroflorestais



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo GEDAPE, 2005 a 2008.

Quadro 03 - Quadro de produção dos Pólos Agroflorestais

Pólo Agroflorestal	Frutas e Derivados	Culturas anuais, derivados e Hortaliças	Outros
Hélio Pimenta	Banana Comprida; Banana Prata; Banana Maçã; Melancia; Abacaxi; Mamão; Limão; Laranja; Tangerina; Polpa de Cupuaçu; Polpa de Caju; Polpa de Goiaba; Polpa de Graviola; Polpa de Açaí; Peixes.	Mandioca; Goma; Farinha de mandioca; Couve; Alface; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Chicória; Rúcula; Agrião; Quiabo; Maxixe; Salsa; Jambú; Abóbora; Berinjela; Jiló; Feijão vagem.	Frango e Ovos.
Geraldo Fleming	Banana Comprida; Banana Prata; Abacaxi; Mamão.	Mandioca; Goma; Farinha de mandioca; Couve; Alface; Cebolinha; Coentro; Pepino; Chicória; Quiabo; Maxixe; Abóbora.	Frango e Ovos.
Benfica	Banana comprida; Banana prata; Banana maçã; Laranja; Limão; Abacate; Mamão; Tangerina; Poncã; Polpa de Cupuaçu; Polpa de Maracujá; Polpa de Goiaba; Polpa de Graviola; Polpa de Acerola; Polpa de Cajá; Melaço;	Mandioca; Farinha de mandioca; Goma; Farinha de tapioca; Couve; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Rúcula; Maxixe; Berinjela; Chicória; Pimentão; Quiabo; Batata doce; Abóbora.	Frango; Ovo de galinha; Ovo de codorna; Colorau; Queijo.

	Açúcar mascavo.		
Wilson Pinheiro	Banana Comprida; Banana Prata; Melancia; Abacaxi; Mamão; Laranja; Polpa de Cupuaçu; Polpa de Acerola; Polpa de Goiaba; Polpa de Açaí; Melaço; Açúcar mascavo.	Mandioca; Goma; Farinha de mandioca; Couve; Alface; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Chicória; Maxixe; Abóbora; Feijão; Arroz; Milho para mugunzá; Farinha de Milho para cuscuz.	Frango; Ovos; Colorau.
Dom Joaquim	Banana Comprida; Banana Prata; Abacaxi; Mamão; Limão; Polpa de Cupuaçu.	Mandioca; Goma; Farinha de mandioca; Couve; Alface; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Chicória; Rúcula; Quiabo; Maxixe; Abóbora; Feijão vagem; Batata doce; Farinha de milho; Milho para mugunzá; Feijão e Arroz.	Carne; Frango; Ovos; Colorau.
Custódio Freire	Banana comprida; Banana prata; Banana maçã; Limão; Mamão; aves e peixes.	Mandioca; Couve; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Rúcula; Maxixe; Berinjela; Chicória; Pimentão; Quiabo; Batata doce; Abóbora.	
Geraldo Mesquita	Banana Comprida, prata e maçã; Mamão; Limão; Laranja; Tangerina; Polpa de Cupuaçu; Polpa de Araçá; Polpa de Açaí; Polpa de Goiaba; Polpa de Cajá; Melaço; Rapadura; Açúcar mascavo.	Mandioca; Goma; Couve; Alface; Feijão; Arroz; Cebolinha; Coentro; Pimenta de cheiro; Pepino; Chicória; Rúcula; Pimentão; Quiabo; Maxixe; Abóbora; Berinjela; Tomate; Salsa; Pupunha; Milho verde.	Frango; Pato; Colorau; Leite.

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta – SAFRA, Diagnóstico de Produção e seus fatores limitantes nos Pólos Agroflorestais do Município de Rio Branco, 2009.

Diante da exposição desses dados organizacionais, econômicos, sociais, educacional e de produção é que podemos tentar apreender os diversos aspectos de alcance dessa política de planejamento municipal direcionada para o espaço rural do município de Rio Branco.

Em um passado não muito distante, a cidade de Rio Branco sofreu alguns problemas no tocante ao abastecimento de produtos agrícolas. A iniciativa dos pólos ainda não supriu essa necessidade ainda, entretanto, o fortalecimento dessa política pode gerar inúmeros benefícios a população do município, com a criação, por exemplo, de uma política de segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que já havíamos destacado no início desta dissertação, o nosso objetivo era unicamente analisar como que o desenvolvimento de uma política pública de planejamento municipal, pode determinar o processo de desenvolvimento econômico, social e político de um determinado espaço. Para tanto, nos apoiamos nos resultados obtidos a partir da política dos pólos agroflorestais.

Nossa primeira inquietação foi tentar entender como que o planejamento das primeiras políticas de ocupação e ordenamento do espaço acreano, mais precisamente no período de formação dos primeiros núcleos urbanos, e que posteriormente, constituíram as cidades acreanas desenvolveram determinados processos políticos e relações sociais que, por sua vez, perduram até hoje. Nesse caso, estamos nos referindo especificamente, a falta de uma política sistemática designada à produção de gêneros alimentícios e formas planejadas de ocupação do espaço rural e urbano desses municípios, definindo e respeitando a funcionalidade de cada um desses espaços.

A política dos pólos agroflorestais desenvolveu critérios e adotou propósitos e dimensões de outras políticas já espacializadas no espaço rural do município de Rio Branco, no entanto, fatores como: **localização geográfica**, a **política produtiva com grande abertura no mercado local**, **fácil acessibilidade** e uma grande **interface com o espaço urbano**, fez com que esta política assumisse em determinados momentos diferentes aspectos.

Em determinados momentos sendo vista como uma política de ordem compensatória e em outros, criando possibilidades para uma gestão territorial, oportunizando, se é que podemos assim dizer, um capital social, tendo a possibilidade de organizar interesses e mobilizar os agentes locais na intenção de desenvolver e/ou criar determinadas melhorias para os seus “modos de vida”.

Um aspecto importante de ser explicitado no desenvolvimento da política dos pólos é o fato de, em certos momentos existirem grandes distorções em relação aos propósitos do governo para essa política e à visão do assentado, no tocante ao uso e ocupação dessa propriedade. Para os assentados os pólos não carregam todas aquelas funcionalidades e “responsabilidades” que o discurso do governo sempre procurou legitimar (modelo diferenciado de desenvolvimento, estratégia de desenvolvimento local ou ainda modelo de reforma agrária).

Os pólos para os assentados designam uma melhoria na sua qualidade de vida (novas formas de produzir e base de moradia), lhe proporcionando a possibilidade de ter uma produção para a sua subsistência familiar e suas relações nesse território.

Por esta razão, entendemos que as relações e percepções de desenvolvimento se apresentam de formas diferentes para os assentados e os órgãos que desenvolvem algum projeto ou política produtiva dentro dos pólos agroflorestais. Fato que precisa ser corrigido e repensado, e aí, dessa forma podemos pensar um novo modelo de desenvolvimento para o espaço rural e urbano do município de Rio Branco.

Referências Bibliográficas:

1. ACRE, Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária. Pólo Agroflorestral: a nossa proposta de reforma agrária. Rio Branco: SEAP, s.d.
2. ALMEIDA, P. Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. Disponível em: <http://www.pralmeida.org>.
3. ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. São Paulo: 1987.
4. _____, Brasil: Globalização e Regionalização. Geographia [revista da pós-graduação em geografia da UFF], Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, 2001.
5. ARBEX JÚNIOR, José. Terra sem povo, crime sem castigo. In: Maurício Torres. (Org.). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. : , 2005, v. , p. 21 - 63.
6. BASSAN, S. Dilani, SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: Dinizar F. Becker (in memoriam), Milton Luiz Wittmann. (Org.). Desenvolvimento Regional - abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, v. 1, p. 138-153.
7. BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton Luiz. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
8. BECKER, Bertha Koiffman. Amazônia. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.
9. _____, Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
10. BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re) visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004. 292 p.
11. _____, Região: Desafios e Embates Contemporâneos; Desigualdades Regionais. SEI - Superintendência de Estudos Econ. e Sociais da Bahia, Salvador, 2004, 87 p.
12. BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
13. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. 6ª ed. Coleção: A era da informação: economia, sociedade, e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
14. CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, V. 8, n. 02, 2005.
15. CASTRO, I. E. de. "A região como problema para Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm.

- 124, 30 de set. de 2002. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. [ISSN: 1138-9788]
16. CAVALCANTE, Matuzalém Bezerra. MORAIS, Maria de Jesus. Dinâmica econômica dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá – Acre, Brasil. In: UÁQUIRI. A Geografia e a Amazônia em Questão: Revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre. Rio Branco: DEGEO/UFAC – Vol. 1, nº. 1. Jul./Dez. 2003 – Semestral.
 17. COSTA, Francisco de Assis. O planejamento do Desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. Belém: Amazônia: Ci. & Desenv. V.1, nº1, jul/dez.2005.
 18. CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço - Um Conceito Chave da Geografia. In: Geografia: Conceitos e Temas. org.: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 19. ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis,RJ:Editora Vozes, 2000.
 20. ESCULL, Pedro Tejera. Objeciones a la teoria del desarrollo local (desde una perspectiva tercermundista). Universidad de Oriente. III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI.
 21. Disponível em < http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_tejera.pdf>
 22. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, Wolfgang (org.). Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
 23. FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: Revista Terra Livre, ano VI, n. 16, jan/abril, p. 273-283, 2005.
 24. FICHER, André. A dimensão espacial no “aménagement” do território do exemplo francês. RA'E GA – O espaço geográfico em análise, Curitiba, n. 7, p. 9-17, 2003. Editora UFPR
 25. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/3347/0>>. Acesso em: 20 de dez de 2007.
 26. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). Censo Agropecuário do Estado do Acre 1970, 1985, 1995, 1996.
 27. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de jan de 2007.
 28. _____. Censo demográfico 1970 – 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de dez de 2006.
 29. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico/estrutural. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

30. GIDDENS, Anthony - As conseqüências da modernidade. Ed. UNESP, São Paulo, 1991.
31. GIL, Izabel Castanha. Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional - Tese de Doutorado, Presidente Prudente, 2007.
32. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: Fernandes, Bernardo Mançano; Marques, Marta Inez Medeiros; Suzuki, Júlio César. (Org.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. , p. 39-53
33. GUERRA, Antônio José Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. Ed. Integral. Brasília: Senado Federal, 2004
34. HAESBAERT, Rogério. Região e Regionalização num Mundo Des-Territorializado. In: Feldman, Sarah; Fernandes, Ana. (Org.). O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2007, v. 1, p. 37-58
35. _____, Região, diversidade territorial e globalização. Geographia [revista da pós-graduação em geografia da UFF], Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.
36. _____; GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Des-Ordem Mundial. São Paulo: EdUNESP, 2006. 160 p
37. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
38. IANNI, Octavio. Teorias da globalização. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
39. ILLICH, Ivan. Necessidades. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
40. JARA, Carlos. Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. Cadernos Debates II. Fundação Konrad Adenauer, 1996.
41. KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** *Estud. av.* [online]. 2002, vol. 16, no. 45 [cited 2006-09-26], pp. 37-61.
42. LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3ª edição; editora Perspectiva S.A. São Paulo; 1975.
43. LENCIONI, Sandra . Região e Geografia. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. v. 1. 214 p.
44. MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. p. 7- 48.

45. MATUS, Carlos. Adeus Senhor Presidente. Planejamento, Antiplanejamento e Governo. Recife: Editora Litteris, 1989.
46. MELGAÇO, Lucas de Melo ; ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de . Território Recortado. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia - GO. CD do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia - GO, 2004.
47. MELLO, Neli aparecida de. Políticas públicas territoriais na Amazônia Brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. Tese de doutorado. São Paulo: USP, setembro de 2002.
48. MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani ; FIALHO, Nádia Haje . Universidade e Região. Revista Praxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 1, p. 171-189, 2005
49. MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia,Brasil) .Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br / capital social/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e %20Desenvolvimento%20Local.pdf](http://www.adm.ufba.br/capital-social/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf)>.Acesso em: 05 de junho de 2007.
50. MORAES, Antonio Carlos Robert, COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Crítica: A Valorização do Espaço. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.
51. _____, Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Anais da oficina sobre a política nacional de ordenamento territorial. Brasília, 2005
52. MOREIRA, R. . As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. Geographia, Niterói, v. 3, n. 5, p. 19-41, 2001.
53. MUZIO, Gabriele. A Globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: Oliveira Francisco e Paoli Maria C. (Orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Ed. Vozes. 1999.
54. NANDY, Ashis. Estado. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis,RJ:Editora Vozes, 2000.
55. NUNES, Juraci Regina Pacheco. Modernização da Agricultura - pecuarização e mudanças: o caso do Alto Purus. Rio Branco: Tico-Tico, 1991.
56. OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. 2 Edição. Campinas: Papirus, 1991.
57. PAULA, Elder Andrade. Estado e desenvolvimento: revisitando os clássicos. In: Diálogos na Fronteira. MDR, N°. 01. Acre; EDUFAC, 2007.
58. RAFESSTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

59. RAMBO, A. G. ; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo . O Sistema Territorial de Claude Raffestin para Pensar o Desenvolvimento Territorial. In: XXVIII Encontro Estadual de Geografia, 2008, Bento Gonçalves. Anais do XXVIII Encontro Estadual de Geografia, 2008. Referências adicionais: Classificação do evento: Regional; Brasil/ Português; Meio de divulgação: Digital.
60. RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só? Estudos avançados 09 (25), 2005.
61. RODRIGUES, Ecio. Vantagem Competitiva do Ecossistema na Amazônia: O Cluster Florestal do Acre. Tese de Doutorado. UnB. Brasília. 2004.
62. ROFMAN, Alejandro. El enfoque del desarrollo local: conflictos y limitaciones. In: VIALLAR, Alejandro; ROFMAN, Adriana (coord). O desarrollo local: una revisión crítica del debate. 1 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006. Pg. 37-58.
63. SACHS, Ignacy. Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento. Petrópolis. Editora Vozes, 1969.
64. SALES, Gardênia de Oliveira. MAGALHÃES, Ana Cláudia Ferreira. VIDAL, Marcelo Barbosa. Medindo o desenvolvimento familiar rural em pólos agroflorestais: uma aplicação da estatística multivariada. UFAC-UF, 2008
65. SANTOS, Milton. Economia Espacial: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2003.
66. _____, Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.
67. _____, *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
68. SAQUET, Marcos Aurélio et al. Paisagem, espaço, território: uma questão de método. In:
69. Jornada Científica da Unioeste. Anais... Toledo, 2003.
70. SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In:
71. RAÍZES, Revista de Ciências Sociais, Campina Grande-PB, UFCG, v. 23, n 01/02, p. 99-
72. 117, jan/dez 2004.
73. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
74. SIEDENBERG, D. R. . Gestão do desenvolvimento - ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: Dinizar F. Becker (in memoriam), Milton Luiz Wittmann. (Org.). Desenvolvimento Regional - abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, v. 1, p. 157-174.

75. SILVA, Silvio Simione da. Na Fronteira Agropecuária Acreana. Presidente Prudente; Rio Branco: UFAC – Laboratório de Estudos Populacionais e Agrários em Geografia - LEPAUG /DEGEO, 2003.
76. THERY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. Estudos avançados 19 (53), 2005.
77. TORRICO, Raul Vargas. Situando o Planejamento Regional no Acre: Base para a Compreensão do Ordenamento Territorial Local de Brasiléia. Dissertação de Mestrado, UFAC, 2008.
78. VALVERDE, Orlando.(Coord.) A organização do espaço na faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro: convênio INCRA/IBGE, 1989.
79. VEIGA, José Eli da. Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2006. v. 1. 180 p

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)